



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

PROEJA FIC – AGROINDÚSTRIA ENSINO MÉDIO

CAMPUS CAMBORIÚ
Novembro/2017



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

SÔNIA REGINA DE SOUZA FERNANDES

REITORA

JOSEFA SUREK DE SOUZA

PRÓ-REITORA DE ENSINO

ROGÉRIO LUIS KERBER

DIRETOR DO *CAMPUS*

SIRLEI DE FÁTIMA ALBINO

DIRETORA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO *CAMPUS*

MARIA OLANDINA MACHADO

COORDENADORA GERAL DE ENSINO DO *CAMPUS*

ALDALÚCIA TEREZA DA ROSA

NADJA REGINA SOUSA MAGALHÃES

COORDENAÇÃO DO CURSO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

ALDALÚCIA TEREZA DA ROSA

PROFESSORA EBTT

CRISTALINA YOSHIE YOSHIMURA

PROFESSORA EBTT

EVERSON DEON

PROFESSOR EBTT

FLÁVIA WALTER

PROFESSORA EBTT

JORGE LUÍS ARAÚJO DOS SANTOS

PSICÓLOGO

LUCIANA COLUSSI

PROFESSORA EBTT

MÁRCIA RODECZ

SUPERVISORA PEDAGÓGICA

MARIA OLANDINA MACHADO

PROFESSORA EBTT

NADJA REGINA SOUSA MAGALHÃES

PROFESSORA/COORDENADORA DO PROEJA (em exercício)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
2. ÁREA DE ORIGEM / IDENTIFICAÇÃO	8
3. IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO	8
4. MISSÃO INSTITUCIONAL/IFC	10
5. VISÃO INSTITUCIONAL/IFC	10
6. CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS	10
6.1 CONCEPÇÕES	10
6.2 PRINCÍPIOS	13
7. GÊNESE E IDENTIDADE DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE	15
8. BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL/IFC-CAMPUS CAMBORIÚ	15
9. JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO	18
10. OBJETIVOS DO CURSO	21
10.1 OBJETIVO GERAL	21
10.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
11. DO ACESSO E OFERTA	21



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

12. PERFIL PROFISSIONAL	22
13. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E PEDAGÓGICA	22
13.1 MATRIZ CURRICULAR	23
13.1.1 Matriz Curricular Ensino Médio	23
13.1.2 Matriz Curricular Agroindústria	25
13.1.3 Síntese da carga horária do curso	26
13.2 EMENTÁRIO	26
13.3 INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	45
13.4 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO ALUNO	45
13.4.1 Avaliação da aprendizagem	46
13.4.2 Sistematização do Processo de Avaliação	49
13.4.3 Avaliação do curso	50
13.5 RELAÇÕES TEORIA E PRÁTICA	51
13.6 INTERDISCIPLINARIDADE / INTEGRAÇÃO CURRICULAR	51
13.7 METODOLOGIAS DE ENSINO	54
13.7.1 Eixos Transversais de Referência	54
13.7.2 Estratégias Metodológicas	58
13.7.3 Professor Mediador	61
13.8 ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS	64
14. QUADRO DE PESSOAL	67
14.1 CORPO DOCENTE	67
14.2 TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS (CGAE, CET, SECRETARIA, BIBLIOTECA)	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

1. APRESENTAÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei nº 11.892/2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica que visa responder de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Presente em todos os estados, os Institutos Federais contém a reorganização da Rede Federal de Educação Profissional, oferecendo formação inicial e continuada, cursos técnicos de nível médio – nas formas subsequente, concomitante e integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio juntamente com os Colégios Agrícolas de Araquari e de Camboriú, até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente o IFC possui 15 *campi*, distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, além da Reitoria, instalada na cidade de Blumenau.

O IFC oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Para que os objetivos estabelecidos pela Lei nº 11.892/2008 sejam alcançados, faz-se necessário a elaboração de documentos que norteiem todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia e/ou articulação com o PDI e o PPI, com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

Nessa perspectiva, o presente documento tem o objetivo de apresentar o Projeto Pedagógico do curso PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) – FIC, com qualificação em Agroindústria/Ensino médio, com o intuito de reafirmar o compromisso institucional e a necessidade social, sistematizando as últimas adequações deliberadas pelo Colegiado de curso, considerando o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFC e a Resolução nº 053/2010/CONSUPER, que dispõe sobre a criação, trâmite e critérios de análise e aprovação dos Projetos Pedagógicos de Cursos do PROEJA.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

2. ÁREA DE ORIGEM / IDENTIFICAÇÃO

CNPJ: 10.635.424.0004-29

Razão Social: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Campus: Camboriú

Esfera Administrativa: Federal

Endereço: Rua Joaquim Garcia s/n - Camboriú / SC / CEP: 88340-055

Telefone/Fax: (47) 2104-0800

E-mail de contato: ifc@ifc-camboriu.edu.br

Site da unidade: www.ifc-camboriu.edu.br

Área do projeto: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA

3. IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO

COORDENAÇÃO DO CURSO:

Aldalúcia Tereza da Rosa

Matrícula: 2183800

Endereço: Servidão Maurino Manoel Matias nº 93- Vargem Grande de Canasvieiras, Florianópolis-SC

Telefone: (47) 2104-0830

E-mail: alda@ifc-camboriu.edu.br

Nadja Regina Sousa Magalhães

CPF: 784370323-34

Matrícula: 2394206

Endereço: Rua Luiz Oscar de Carvalho, 75, Trindade, Florianópolis-SC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

Telefone: (48) 996568006

E-mail: nadja.magalhaes@ifc.edu.br

CURSO: PROEJA FIC Ensino Médio – Agroindústria

MODALIDADE DE OFERTA: Presencial

REGIME DE FUNCIONAMENTO: Anual

CARGA HORÁRIA: 1440 horas

PÚBLICO ALVO: Jovens e adultos com 18 (dezoito) anos ou mais, que possuam Ensino Fundamental completo e que não tenham concluído o Ensino Médio.

NÚMERO DE VAGAS: 40 (quarenta)

LOCAL DE REALIZAÇÃO: IFC – Campus Camboriú

TURNO DE REALIZAÇÃO: Noturno

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 02 (dois) anos

PROJETO A SER FINANCIADO: () Sim (X) Não

ORGÃO FINANCIADOR: Não há

PROJETO CONVENIADO: () Sim (X) Não

LEGISLAÇÃO E ATOS OFICIAIS RELATIVOS AO CURSO

- PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Catarinense;
- PPI - Projeto Político Pedagógico Institucional do Instituto Federal Catarinense;
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 - Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências;
- Decreto nº 5.840/2006 - Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

- Parecer CNE/CEB nº 11/2000 - Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos;
- Parecer CNE/CEB nº 39/2004 - Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional.
- Lei nº 10.098/2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Decreto nº 5.296/2004 - Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Lei nº 11.161/2005 - Dispõe Sobre o Ensino da Língua Espanhola.

4. MISSÃO INSTITUCIONAL/IFC

Proporcionar educação profissional atuando em ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a formação cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento regional.

5. VISÃO INSTITUCIONAL/IFC

Ser referência em educação profissional científica e tecnológica em Santa Catarina.

6. CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

6.1 Concepções



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

As concepções pedagógicas do Proeja estão descritas em seu Documento Base, publicado em 2007, cujas ideias centrais estão copiadas no Quadro 01.

Quadro 01 – Síntese das concepções do Proeja

Ao perseguir a construção de um modelo de sociedade no qual o sistema educacional proporcione condições para que todos os cidadãos e cidadãs, independentemente de sua origem socioeconômica, tenham acesso, permanência e êxito na educação básica pública, gratuita, unitária e com qualidade para as faixas etárias regulares, e que garanta o direito a aprender por toda a vida a jovens, homens e mulheres, independente dos níveis conquistados de escolaridade, firma-se a concepção de que a formação pode contribuir para a integração sociolaboral dos diversos conjuntos populacionais, e mais do que isso, para que constitua, efetivamente, direito de todos.

Por essa perspectiva, discutir uma política de educação profissional articulada ao ensino médio na modalidade EJA (Educação de jovens e adultos) implica discutir também a concepção de educação continuada de cunho profissional, para além da educação básica, ou seja, qualificações profissionais em programas de participação social, cultural e política; e na educação superior, entre outras possibilidades educativas ao longo da vida. O horizonte, portanto, em que se assume a política, não é restrito e próximo, mas se coloca na distância possível dos sonhos e das utopias dos educadores que têm pensado, historicamente, a educação brasileira.

Para que um programa possa se desenhar como política educacional de direito, um aspecto básico norteador é o rompimento com a dualidade estrutural cultura geral *versus* cultura técnica, situação que viabiliza a oferta de uma educação academicista para os filhos das classes favorecidas socioeconomicamente e uma educação instrumental voltada para o trabalho para os filhos da classe trabalhadora, o que se tem chamado de uma educação pobre para os pobres.

A concepção de uma política, cujo objetivo da formação está fundamentado na integração de trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral, podem



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional das populações, pela indissociabilidade dessas dimensões no mundo real. Ademais, essas dimensões estão estreitamente vinculadas às condições necessárias ao efetivo exercício da cidadania.

Assim, uma das finalidades mais significativas de um curso deve ser a capacidade de proporcionar educação básica sólida, em vínculo estreito com a formação profissional, ou seja, a formação integral do educando. A formação assim pensada contribui para a integração social do educando, o que compreende o mundo do trabalho sem resumir-se a ele, assim como compreende a continuidade de estudos. Em síntese, a oferta organizada se faz orientada a proporcionar a formação de cidadãos-profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos especialmente os da classe trabalhadora.

Outro aspecto irrenunciável é o de assumir a EJA como um campo de conhecimento específico, o que implica investigar, entre outros aspectos, as reais necessidades de aprendizagem dos sujeitos alunos: como produzem/produziram os conhecimentos que portam suas lógicas, estratégias e táticas de resolver situações e enfrentar desafios; como articular os conhecimentos prévios produzidos no seu estar no mundo àqueles disseminados pela cultura escolar; como interagir, como sujeitos de conhecimento, com os sujeitos professores, nessa relação de múltiplos aprendizados; de investigar, também, o papel do sujeito professor de EJA, suas práticas pedagógicas, seus modos próprios de reinventar a didática cotidiana, desafiando-o a novas buscas e conquistas - todos esses temas de fundamental importância na organização do trabalho pedagógico.

Finalmente, por ser um campo específico de conhecimento, exige a correspondente formação de professores para atuar nessa esfera. Isso não significa que um professor que atue na educação básica ou profissional não possa trabalhar com a modalidade EJA. Todos os professores podem e devem, mas, para isso,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

precisam mergulhar no universo de questões que compõem a realidade desse público, investigando seus modos de aprender de forma geral, para que possam compreender e favorecer essas lógicas de aprendizagem no ambiente escolar.

Oferecer aos professores e aos alunos a possibilidade de compreender e apreender uns dos outros, em fértil atividade cognitiva, afetiva, emocional, muitas vezes no esforço de retorno à escola, e em outros casos, no desafio de vencer estigmas e preconceitos pelos estudos interrompidos e a idade de retorno, é a perspectiva sensível com que a formação continuada de professores precisa lidar.

Fonte: BRASIL (2007 p. 34-37)

6.2 Princípios

Os princípios pedagógicos do Proeja estão descritos em seu Documento Base, publicado em 2007, cujas ideias centrais estão copiadas no Quadro 02.

Quadro 02 – Síntese dos princípios pedagógicos do Proeja

Os princípios que consolidam os fundamentos dessa política são definidos a partir de teorias de educação em geral e de estudos específicos do campo da EJA, além de reflexões teórico-práticas desenvolvidas tanto na EJA quanto no ensino médio e nos cursos de formação profissional da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

O primeiro princípio diz respeito ao papel e compromisso que entidades públicas integrantes dos sistemas educacionais têm com a inclusão da população em suas ofertas educacionais. O princípio surge da constatação de que os jovens e adultos que não concluíram a educação básica em sua faixa etária regular têm tido pouco acesso a essas redes. Assim, um princípio dessa política - a inclusão - precisa ser compreendido não apenas pelo acesso dos ausentes do direito à escola, mas questionando também as formas como essa inclusão tem sido feita, muitas vezes promovendo e produzindo exclusões dentro do sistema, quando não assegura a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

permanência e o sucesso dos alunos nas unidades escolares.

O segundo princípio, decorrente do primeiro, consiste na inserção orgânica da modalidade EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos. Assume-se, assim, a perspectiva da educação como direito - assegurada pela atual Constituição no nível de ensino fundamental como dever do Estado.

A ampliação do direito à educação básica, pela universalização do ensino médio constitui o terceiro princípio, face à compreensão de que a formação humana não se faz em tempos curtos, exigindo períodos mais alongados, que consolidem saberes, a produção humana, suas linguagens e formas de expressão para viver e transformar o mundo. A expansão do direito, portanto, inclui a universalização do ensino médio, como horizonte próximo, face à quase total universalização do acesso ao ensino fundamental.

O quarto princípio compreende o trabalho como princípio educativo. A vinculação da escola média com a perspectiva do trabalho não se pauta pela relação com a ocupação profissional diretamente, mas pelo entendimento de que homens e mulheres produzem sua condição humana pelo trabalho - ação transformadora no mundo, de si, para si e para outrem.

O quinto princípio define a pesquisa como fundamento da formação do sujeito contemplado nessa política, por compreendê-la como modo de produzir conhecimentos e fazer avançar a compreensão da realidade, além de contribuir para a construção da autonomia intelectual desses sujeitos/educando.

O sexto princípio considera as condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais. Nesse sentido, outras categorias para além da de “trabalhadores”, devem ser consideradas pelo fato de serem elas constituintes das identidades e não se separarem, nem se dissociarem dos modos de ser e estar no mundo de jovens e adultos.

Fonte: BRASIL (2007, p. 37-38)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

7. GÊNESE E IDENTIDADE DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

O Instituto Federal Catarinense, com sede em Blumenau/SC, criado pela Lei nº 11.892/08 (BRASIL, 2008b), como citado anteriormente, possui atualmente 15 *Campi* instalados no Estado de Santa Catarina. De acordo com a Lei, é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, gozando das seguintes prerrogativas: autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. Essa Instituição abrange todo o território catarinense, o que contribui para posicionar a estrutura do IFC numa Instituição de desenvolvimento estadual e, seus *Campi*, em elos de desenvolvimento regional, garantindo-lhe a manutenção da respeitabilidade, junto às comunidades onde se inserem suas antigas instituições, cuja credibilidade foi construída ao longo de sua história.

No âmbito da gestão institucional, o IFC busca mecanismos participativos para a tomada de decisão, com representantes de todos os setores institucionais e da sociedade. Com a criação dos Institutos Federais em 2008, a Rede de Educação Profissional e Tecnológica aumentou significativamente a inserção na área de pesquisa e extensão, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estendendo seus benefícios à comunidade.

O IFC oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, além de apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

8. BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL/IFC-CAMPUS CAMBORIÚ

O *Campus* Camboriú, até final de 2008 denominado Colégio Agrícola de Camboriú – CAC/UFSC, foi fundado em 08 de abril de 1953, após um acordo firmado



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

entre os Governos da União e do Estado de Santa Catarina, publicado no Diário Oficial da União em 15 de abril de 1953. Em 1962 foi dado início às atividades pedagógicas, momento em que a instituição oferecia o Curso Ginásial Agrícola. Em 1965 houve a criação do Curso Técnico em Agricultura, o qual passou, em 1973, a denominar-se Curso Técnico em Agropecuária. Primeiramente, a escola ficou sob a responsabilidade da Diretoria do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura. A parte didático-pedagógica, por sua vez, passou a estar vinculada à Secretaria de Ensino de 2º Grau do Ministério da Educação e Cultura (MEC). O decreto nº 62.178, de 25 de janeiro de 1968, transferiu a responsabilidade administrativa e financeira para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estando diretamente vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, restringindo suas atividades de ensino ao 2º Grau profissionalizante.

No ano de 1990, o CAC passou a oferecer o curso técnico em Agropecuária na modalidade subsequente ao ensino médio. Apesar de ser uma instituição reconhecidamente agrícola, a partir de 2000, percebendo a necessidade do mercado de trabalho local, passou a oferecer cursos técnicos nas áreas de Informática e Meio ambiente. Em 2003, passou a ofertar o curso técnico em Transações Imobiliárias e, a partir de 2008, o curso técnico em Turismo e Hospitalidade.

No ano de 2007, foi implantado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA – ofertando ensino médio com qualificação profissional.

Em 2009, o CAC transformou-se num dos câmpus do IFC, atendendo à chamada pública do Ministério da Educação para que as escolas agrícolas se tornassem institutos e assim tivessem a possibilidade de oferecer cursos superiores, como faculta a lei, mantendo porém, 50% das vagas destinadas a cursos técnicos.

Em 2010, o curso técnico integrado de Turismo e Hospitalidade foi substituído pelo curso técnico integrado em Hospedagem, que teve sua primeira turma em 2011. O Câmpus iniciou também a oferta de cursos superiores, sendo os primeiros: Bacharelado em Sistemas de Informação, Licenciatura em Matemática e Tecnologia em Negócios Imobiliários.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

Em 2011, a instituição passou a oferecer o Curso Técnico Integrado em Controle Ambiental e foram criados os cursos técnicos subsequentes em Segurança do Trabalho e Redes de Computadores. Além desses, mais dois cursos superiores tiveram início: Tecnologia em Sistemas para Internet e Licenciatura em Pedagogia.

Atualmente, o IFC – Campus Camboriú conta com aproximadamente 1.560 alunos, sendo distribuídos em 7 cursos técnicos, 1 curso do PROEJA, 5 cursos superiores e 2 cursos de pós-graduação. Os cursos oferecidos atualmente pelo IFC – Câmpus Camboriú são:

Cursos Técnicos:

- Técnico em Agropecuária – Integrado ao Ensino Médio
- Técnico em Informática – Integrado ao Ensino Médio
- Técnico em Transações Imobiliárias – Subsequente ao Ensino Médio
- Curso Técnico em Hospedagem – Integrado ao Ensino Médio
- Curso Técnico em Controle Ambiental – Integrado ao Ensino Médio
- Curso Técnico em Redes de Computadores – Subsequente ao Ensino Médio
- Curso Técnico em Segurança do Trabalho – Subsequente ao Ensino Médio
- Curso Técnico em Defesa Civil – Subsequente ao Ensino Médio

Curso Proeja:

- PROEJA - Qualificação em Agroindústria – Ensino Médio

Cursos Superiores:

- Licenciatura em Matemática
- Bacharelado em Sistemas de Informação
- Tecnologia em Negócios Imobiliários
- Licenciatura em Pedagogia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

- Tecnologia em Sistemas para Internet

Curso de Pós-Graduação:

- Curso de Pós-Graduação *lato sensu* (Especialização) Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-guia.
- Curso de Pós-Graduação *lato sensu* (Especialização) em Educação.

Localizado no município de Camboriú, estado de Santa Catarina, o *Campus* possui uma área total de 205 hectares, com 9.024 m² de área construída, sendo que dessa área, 5.832 m² são áreas construídas para atividades agropecuárias. Além disso, o campus possui também: alojamentos, biblioteca informatizada, cozinha, refeitório, lavanderia, almoxarifado, indústria de conservas, abatedouro, oficina mecânica, marcenaria, casa de funcionários, etc., que totalizam 7.215 m²; e as áreas para pecuária, produção agrícola, de preservação ambiental, além de ruas e jardins.

Este ano, 2016, o *Campus* Camboriú oferta à comunidade 2 cursos de Pós-graduação em nível de especialização, 5 Cursos Superiores, 4 Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e 3 Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio e PROEJA, do qual trata este projeto, totalizando um número de matrículas de aproximadamente 1500 alunos.

9. JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO

A educação básica é um direito de todos e sua universalização é urgente e necessária, devendo ser assegurada por políticas de acesso e permanência na escola. É através de uma educação pública e de qualidade que se abrem possibilidades para o desenvolvimento pessoal e para a realização do ser humano.

Dados estatísticos ainda demonstram que a oferta escolar de Educação de Jovens e Adultos está muito aquém das necessidades socialmente colocadas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

Segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), um quarto dos brasileiros entre 18 e 29 anos não conseguiu nem mesmo completar o ensino fundamental. São quase 9 milhões de jovens sem escolaridade básica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu artigo 39 apregoa que “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. Observa-se aqui que a integração da educação profissional com o processo produtivo, com a produção de conhecimentos e com o desenvolvimento científico-tecnológico é, antes de tudo, um princípio a ser seguido, uma vez que já está previsto na lei que rege a educação nacional.

Seguindo os preceitos da lei, e buscando atender de forma mais abrangente os jovens e adultos trabalhadores vitimados pelos processos de exclusão social, surge o PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Instituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos é dirigido aos jovens acima de 18 anos sem o ensino médio e sem formação profissional formal.

No programa, os jovens e adultos têm a possibilidade de cursar o Ensino médio articulado à Educação Profissional, com a proposta de oferecer tanto a formação inicial e continuada de trabalhadores quanto a educação profissional técnica de nível médio articulada ao ensino médio, retomando assim os princípios ético políticos já presentes no campo da EJA, como direito à educação, formação humana e à busca de universalização do ensino médio com vistas à elevação da escolaridade. O Programa tem seu projeto educacional fundado na “Integração entre trabalho, ciência, técnica e tecnologia, humanismo e cultura geral com a finalidade de contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional como condições para o efetivo exercício da cidadania.” (BRASIL, 2007, p. 05)

A EJA – Educação de Jovens e Adultos - é uma categoria organizacional constante da estrutura da educação nacional, com finalidades e funções específicas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

Como finalidade, há o compromisso de propiciar um atendimento mais aberto aos jovens e adultos tanto no que se refere ao acesso à escolaridade obrigatória, quanto à iniciativas de caráter preventivo para diminuir a distorção idade/ano.

No que diz respeito às funções da Educação de Jovens e Adultos, o Parecer CEB nº 11/2000 destaca:

Função reparadora: não se refere apenas à entrada dos jovens e adultos no âmbito dos direitos civis, pela restauração de um direito a eles negados – o direito a uma escola de qualidade, mas também ao reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante, porém não podemos confundir a noção de reparação com a de suprimento. Para tanto, é indispensável um modelo educacional que crie situações pedagógicas satisfatórias para atender às necessidades de aprendizagem específicas de alunos jovens e adultos. (BRASIL, 2000).

Função equalizadora: a equidade se relaciona com a forma pela qual se distribuem os bens sociais com vistas à construção da igualdade social. Trata-se de garantir que a redistribuição destes bens considere situações específicas nas quais determinadas populações foram sustadas dos seus direitos e que, para a devida equiparação, devam receber proporcionalmente maiores oportunidades. Sendo assim, a função equalizadora da EJA busca reestabelecer a trajetória escolar de jovens e adultos de modo a readquirirem a oportunidade de um ponto igualitário no jogo conflitual da sociedade, viabilizando também novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços das estéticas e nos canais de participação. Nessa linha, a EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura (BRASIL, 2000).

Função qualificadora: refere-se à educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não-escolares. Mais que uma função, é o próprio sentido da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2000).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

Portanto, as finalidades e funções específicas desta modalidade de ensino destinada aos jovens e adultos

indicam que em todas as idades e em todas as épocas da vida, é possível se formar, se desenvolver e constituir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e conduzam à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito” (BRASIL, 2000).

Outros atos normativos que fundamentam o PROEJA são: a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, os Pareceres CNE/CEB nº 16/99, nº 11/2000 e nº 39/2004 e as Resoluções CNE/CEB nº 01/2005.

10. OBJETIVOS DO CURSO

10.1 Objetivo Geral

Promover a inclusão educacional de jovens e adultos que não tiveram acesso ao Ensino Médio na idade própria.

10.2 Objetivos Específicos

- Viabilizar o acesso à educação formal;
- Proporcionar condições para a construção da cidadania, do senso crítico e elevação da autoestima;
- Promover formação profissional, inicial e continuada, articulada à escolarização;
- Oportunizar ao aluno o diálogo entre a teoria e a prática dos conteúdos próprios da área da agroindústria.

11. DO ACESSO E OFERTA

As inscrições para o PROEJA – FIC – Agroindústria ocorrem anualmente, no final do segundo semestre letivo, mediante a divulgação de edital.

O acesso é permitido a todo candidato que tenha concluído o Ensino Fundamental e tenha no mínimo 18 anos completos no ato da matrícula.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

O curso tem duração de dois anos e é ofertado no período noturno, das 19h às 22h35min.

O processo seletivo se dá por sorteio, quando constatada a existência de um número superior de inscritos em relação às vagas ofertadas.

É vedado o acesso a candidatos que já tenham concluído o Ensino Médio.

12. PERFIL PROFISSIOGRÁFICO

Espera-se que ao final do curso o aluno seja capaz de usar o conhecimento com criticidade, argumentando, criando situações que contribuam para a transformação da sua realidade, melhorando sua qualidade de vida, através da formação no Ensino Médio e possa atuar profissionalmente em setores relacionados ao processamento de produtos de origem animal e vegetal.

13. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E PEDAGÓGICA

O Proeja-FIC Agroindústria na etapa do Ensino Médio caracteriza-se como um curso presencial. Não obstante, é preciso destacar que 20% (vinte por cento) da carga horária destinada às disciplinas do Ensino Médio serão desenvolvidas na forma semipresencial, com base em Brasil (2007, p. 58-59)¹. Esta carga horária semipresencial destina-se a dar visibilidade aos períodos extraclasse que os estudantes dedicam a estudos, leituras e elaboração de trabalhos acadêmicos, sendo este tempo fundamental para o aprofundamento do seu processo formativo e para a constituição de novos hábitos de estudos que transcendam a presença em sala de aula.

As aulas das disciplinas básicas do Ensino Médio ocorrerão em quatro dias da semana e um dia será reservado para as aulas de qualificação profissional na área de Agroindústria.

¹ O Documento Base do Proeja considera oferta semipresencial apenas “[...] quando mais de 20% do curso for realizado na modalidade de educação à distância”. (BRASIL, 2007, p. 59)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

MATRIZ PROEJA AGROINDÚSTRIA – ENSINO MÉDIO –

A oferta da Língua Estrangeira será organizada através de um trabalho integrado entre as disciplinas de Inglês e Espanhol, amparado na seguinte legislação: Resolução CNE/CEB nº 02/2012, artigo 9º que determina os componentes obrigatórios para compor o currículo, em especial a letra f que diz: Uma língua estrangeira moderna na parte diversificada, escolhida pela comunidade escolar e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição. Assim, os docentes responsáveis por estas disciplinas deverão realizar um trabalho integrado e interdisciplinar de tal modo que ministrem as aulas em parceria. Ao total das disciplinas, o aluno cursará 40 horas de Espanhol e 40 horas de Inglês.

13.1 Matriz Curricular

13.1.1 Matriz Curricular Ensino Médio



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
 CAMPUS CAMBORIÚ

COMPONENTES CURRICULARES – ENSINO MÉDIO –	Horas / Período				Total
	1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre	
Língua Portuguesa I	32,5	32,5	-----	-----	65 horas
Língua Portuguesa II	-----	-----	32,5	32,5	65 horas
Língua Estrangeira – Inglês/Espanhol	32,5	32,5	-----	-----	65 horas
Artes	-----	-----	32,5	32,5	65 horas
História	-----	-----	32,5	32,5	65 horas
Geografia	-----	-----	32,5	32,5	65 horas
Filosofia	-----	-----	32,5	32,5	65 horas
Sociologia	32,5	32,5	-----	-----	65 horas
Física	32,5	32,5	-----	-----	65 horas
Química	32,5	32,5	-----	-----	65 horas
Biologia	32,5	32,5	-----	-----	65 horas
Matemática I	32,5	32,5	-----	-----	65 horas
Matemática II	-----	-----	32,5	32,5	65 horas
Processos de aprendizagem I	32,5	32,5	-----	-----	65 horas
Processos de aprendizagem II	-----	-----	32,5	32,5	65 horas
TOTAL - Ensino Médio	260 horas	260 horas	227,5 horas	227,5 horas	975 horas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

13.1.2 Matriz Curricular Agroindústria

MATRIZ PROEJA AGROINDÚSTRIA – QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL –						
COMPONENTES CURRICULARES – AGROINDÚSTRIA –		Horas / Período				Total
		1º semestr e	2º semestr e	3º semestr e	4º semestr e	
Inclusão Digital	Informática Básica	15	----	----	15	30 horas
Introdução à Agroindústria	Legislação da Agroindústria	30	----	----	----	30 horas
	Introdução à Microbiologia de Alimentos	15	----	----	----	15 horas
Processamento de produtos	Tecnologia de Produtos de Origem Animal: Leite e seus Derivados*	----	30	30	----	60 horas
	Tecnologia de Produtos de Origem Animal: Carnes*	----	30	30	----	60 horas
	Tecnologia de Produtos de Origem Animal: Mel e Ovos	----	----	----	15	15 horas
	Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal	----	----	----	30	30 horas
TOTAL – AGROINDÚSTRIA		60 horas	60 horas	60 horas	60 horas	240 horas

* Em função da falta de espaço no laboratório de agroindústria e para melhor aproveitamento das aulas práticas, as referidas disciplinas serão ministradas concomitantemente, ou seja, os alunos de cada turma serão divididos em dois grupos menores que cursarão 80 aulas em cada disciplina, porém os professores terão carga horária de 160 aulas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

13.1.3 Síntese da carga horária do curso

DESCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA		
	PRESENCIAIS (80%)	SEMIPRESENCIAIS* (20%)	TOTAL
ENSINO MÉDIO	975 horas	225 horas	1200 horas
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	240 horas	xxxxx	240 horas
TOTAL	1240 horas	200 horas	1440 horas

Observação: Conforme já especificado neste capítulo, embora possua 20% da carga horária destinada a atividades semipresenciais, o Proeja - FIC Agroindústria configura-se um Curso Presencial, uma vez em que seu Documento Base considera-se oferta semipresencial apenas “[...] quando mais de 20% do curso for realizado na modalidade de educação à distância”. (BRASIL, 2007, p. 59)

13.2 Ementário

Disciplina: Língua Portuguesa I
Ementa: Linguagem verbal e não-verbal; Gêneros textuais; Registros Linguísticos; Linguagem Literária e técnica; Leitura, produção textual e intertextual; Introdução e periodização da Literatura Brasileira. Representação étnico-racial na literatura brasileira. Representações da diversidade e de gênero na literatura através da perspectiva decolonial. Produção textual. Leitura e oralidade.
Bibliografia Básica: ABAURRE, M. L. .; PONTARA, M. N.; FADEL, T. <i>Português: literatura, gramática, produção de texto</i> . 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2004. CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. <i>Português: linguagens</i> . São Paulo: Atual, 2005. TERRA, E.; NICOLA, J. <i>Português: de olho no mundo do trabalho</i> . São Paulo: Scipione, 2005.
Bibliografia Complementar: BECHARA, E. <i>Dicionário da língua portuguesa Evanildo Bechara: atualizado pelo novo acordo ortográfico: 51.210 entradas (verbetes e locuções)</i> . Rio de Janeiro: Nova



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

Fronteira, 2011.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon Ed. Digital, 2008.

INFANTE, U. *Textos: leituras e escritas*. São Paulo: Scipione, 2005. SARMENTO, L. L.; TUFANO, D. *Português: literatura, gramática, produção de texto*. São Paulo: Moderna, 2004.

TUFANO, D. *Michaelis: português fácil: tira-dúvidas de redação*. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 2011.

VERÍSSIMO, L. F. *Comédia para se ler na escola*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

Disciplina: Língua Portuguesa II

Ementa: Linguagem verbal e não-verbal; Gêneros textuais específicos; Registros Lingüísticos (modalidade oral e escrita, níveis de registro, dialetos, variedades estilísticas); Linguagem Literária e técnica (o sentido denotativo e conotativo); A leitura e as possibilidades de intertextualidade e inferências entre os vários contextos históricosociais; Leitura e produção textual; Comunicação oral; Introdução e periodização da Literatura Brasileira.

Bibliografia Básica:

ABAURRE, M. L.; PONTARA, M. N.; FADEL, T. *Português: literatura, gramática, produção de texto*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2004.

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. *Português: linguagens*. São Paulo: Atual, 2005.

TERRA, E.; NICOLA, J. *Português: de olho no mundo do trabalho*. São Paulo: Scipione, 2005.

Bibliografia Complementar:

BECHARA, E. *Dicionário da língua portuguesa Evanildo Bechara: atualizado pelo novo acordo ortográfico: 51.210 entradas (verbetes e locuções)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon Ed. Digital, 2008.

INFANTE, U. *Textos: leituras e escritas*. São Paulo: Scipione, 2005. SARMENTO, L. L.;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

TUFANO, D. *Português: literatura, gramática, produção de texto*. São Paulo: Moderna, 2004.

TUFANO, D. *Michaelis: português fácil: tira-dúvidas de redação*. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 2011.

VERÍSSIMO, L. F. *Comédia para se ler na escola*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

Disciplina: Língua Estrangeira – Espanhol

Ementa: Características fonéticas da Língua Espanhola. A Língua como instrumento de comunicação. Aspectos culturais da Língua Espanhola. Estruturas gramaticais básicas da Língua. Estratégias de leitura. Gêneros textuais orais e escritos.

Bibliografia Básica:

BLASCO, C. *Fale tudo em Espanhol: um guia completo de conversação para você se comunicar no dia-a-dia, em viagens, reuniões de negócios, eventos sociais, entrevistas e muitas outras situações*. São Paulo: Disal, 2008. 243 p.

LEITE, S. C.; BENEDETTI, I. C. (Coord.). *Dicionário escolar WMF: espanhol/português, português/espanhol*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

OSMAN, S. *et al.* Enlaces 1. *Español para jóvenes brasileños*. 2ª ed. São Paulo: Macmillan, 2013. 208 p. (Livro do PNLD distribuído para as escolas)

Bibliografia Complementar:

ALVES, A. M.; MELLO, A. *Mucho éxito: Español: volume 1*. São Paulo: Moderna, 2010. 188 p.

BRUNO, F. C.; MENDOZA, M. A. *Hacia el Español: curso de lengua y cultura hispánica*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000. 224 p.

BLASCO, C. *Fale tudo em espanhol em viagens!: um guia completo para comunicação em viagens*. Barueri: Disal, 2009. 175 p.

ERES FERNÁNDEZ, G. (Coord.). *Gêneros textuais e produção escrita: teoria e prática nas aulas de espanhol como língua estrangeira*. São Paulo: IBEP, 2012. 208p.

FANJUL, A. *Gramática de Español: Paso a Paso*. São Paulo: Moderna, 2005. 272p.

HERMOSO, A. G.; CUENOT, J.R.; ALFARO, M. S. *Gramática de Español Lengua Extranjera*. Espanha: Edelsa, 1997. 271 p.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

DICIONÁRIO escolar espanhol, espanhol-português, português-espanhol: mini. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 590 p.

Disciplina: Língua Estrangeira – Inglês

Ementa: Utilização da língua inglesa em situações reais de comunicação. Estudo de gêneros textuais orais e escritos. Vocabulário básico para o Proeja. Estratégias de leitura. Estrutura da Língua Inglesa: tópicos gramaticais contextualizados.

Bibliografia básica

DIAS, R. *High Up: ensino médio.* São Paulo: Macmillan do Brasil, 2013. (Livro do PNLD distribuído para as escolas).

BRENNER, G. A. *Inglês para leigos.* 2^a ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2012. 348 p. + CDROM.

MUNHOZ, R. *Inglês instrumental: estratégias de leitura: módulo I.* 1^a ed. reform. e rev. São Paulo: Texto novo, 2004. 111 p.

Bibliografia Complementar:

DICIONÁRIO Oxford escolar: para estudantes brasileiros de inglês : português-inglês, inglês-português – 2a ed. atual. 2009.

FERRARI, M. T. *Inglês: volume único para o Ensino Médio.* São Paulo: Scipione, 2007. 424 p.

LIMA, D. de. *Gramática de uso da língua inglesa: a gramática do inglês na ponta da língua.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. MUNHOZ, R. *Inglês instrumental: estratégias de leitura: módulo II.* São Paulo: Centro Paula Souza: Texto novo, 2004. 134 p.

PAIVA, V. L. M. de O. *Ensino de língua inglesa no ensino médio: teoria e prática.* São Paulo: Edições SM, 2012. 183 p.

Disciplina: História

Ementa: Conceito de História e de temporalidade; Fontes históricas em contextos socioculturais; A análise de fontes e sua historicidade; A construção histórica das sociedades e seus processos de trabalho no tempo; A Formação da cultura e as relações entre as sociedades; A História do Brasil e do Mundo.

Bibliografia Básica:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

ARRUDA, J. J.; PILLETTI, N. *Toda a História: História Geral e História do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

MOTA, M. B.; et al. *História das cavernas ao terceiro milênio*. São Paulo: Saraiva, 1990.

AZEVEDO, G. C. *História em Movimento*. São Paulo: Ática, 2010.

Bibliografia Complementar:

Publicações Ministério da Educação
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12814&Itemid=872>.

SOUZA, M. de M. *África e Brasil africano*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2008. 175 p.

FONSECA, R. *Agosto*. Rio de Janeiro: Record, 1990. 349p.

BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Fundação D. R, 2014. 398 p.

MARTINS, C. Anita Garibaldi: a vida de uma heroína. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004. 104 p.

Disciplina: Geografia

Ementa: Espaço Geográfico. Estrutura Geológica e Relevo. Organização Territorial e População Brasileira. Organização do Espaço Geográfico Mundial.

Bibliografia Básica:

MARTINI, A.; GAUDIO, R. S. D. Coleção áreas do conhecimento: Geografia, 1º, 2º e 3º ano: Ensino médio. 3ª ed. São Paulo: IBEP, 2013.

MOREIRA, J. C.; SENE, E. de. *Geografia: ensino médio*. Volume único. São Paulo: Scipione, 2010. 560p.

SENE, E.; MOREIRA, J. C. *Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização*. 4ª ed. São Paulo, SP: Scipione, 2011. 688 p.

Bibliografia Complementar:

CARRARO, F. *Atividades com mapas*. Ed. renovada e ampl. São Paulo; Ed. FTD, 1996. 103 p.

SPOSITO, M. E. B. *Capitalismo e urbanização*. 13ª ed. São Paulo: Contexto, 2002. 80p.

CARLOS, A. F. A. *A cidade*. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. 98 p.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

TEIXEIRA, W.; FAIRCHILD, T. R.; TOLEDO, M. C. M. de; TAIOLI, F. *et al.* (Org.) *Decifrando a terra*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. 557 p.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. *Etnias e culturas no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

PEREIRA, D. N. T.; SÁ, E. V. de. *O espaço mundial desenvolvido*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008. 211 p. DIEGUES JUNIOR, M. *Etnias e culturas no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 352 p.

Disciplina: Filosofia

Ementa: O que é filosofia? Conhecimento: filosofia, ciência e senso comum. Mitologia grega. A origem da filosofia. História da Filosofia. Ética. Bioética. Ética profissional. Filosofia Política. Fundamentação e legitimidade do poder. O Estado Moderno. A questão da democracia. Direitos Humanos.

Bibliografia Básica:

ARANHA, M. L. de A. MARTINS, M. H. P. M. *Filosofando*. São Paulo: Moderna, 1993.

CHAUÍ, M. *Iniciação à filosofia*. São Paulo: Ática, 2010.

COTRIM, G.; FERNANDES, M. *Fundamentos de Filosofia. Cidade?:* Saraiva, 2010.

Bibliografia Complementar:

ARANHA, M L. de A.; MARTINS, M. H. P. *Temas de filosofia*. São Paulo: Moderna, 1992. 232 p.

CHAUÍ, M. *Introdução à História da Filosofia: Dos Pré-Socráticos a Aristóteles*. Vol. 1. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

REZENDE, Antonio (Org.). *Curso de filosofia: para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação*. 13. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 311 p.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. 4ª ed. atual. Riode Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 309p.

MARCONDES, D. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgesntein*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

MARCONDES, D. *Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 5ª ed. Revista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2007.

Disciplina: Sociologia

Ementa: Surgimento da Sociologia; Sociedade e Trabalho; Cultura e Ideologia; Sociedade de consumo; Desigualdade social e direitos humanos; Política, Estado e Cidadania.

Bibliografia Básica:

COSTA, Cristina. *Sociologia: introdução a ciência da sociedade*. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2010.

MACHADO, Igor José de Renó [et. al.]. *Sociologia Hoje*. 1. ed. São Paulo: Ática, 2013.

TOMAZI, N. D. *Sociologia para o Ensino Médio*. São Paulo:Atual, 2007.

Bibliografia Complementar:

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. *Aprendendo a pensar com a sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

CANESQUI, A. M.; DIEZ GARCIA, R. W.. *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. 303 p.

CHIAVENATTO, Julio Jose. *Ética Globalizada e Sociedade de Consumo*. São Paulo: Moderna, 2002.

DAMATTA, R. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1996.

MARTINS, José de Souza. *Uma sociologia da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2015.

SILVA, Aida Maria Monteiro; TAVARES, Celma (Org.). *Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2010. 6ed.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013. 174 p.

Disciplina: Física

Ementa: Mecânica. Física Térmica. Óptica. Eletromagnetismo.

Bibliografia Básica:

GASPAR, A. *Física: ensino médio: volume único*. São Paulo: Ática, 2005. 552 p.

GONÇALVES FILHO, A. *Física para o ensino médio*. São Paulo: Editora Globo, 2002.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

480p.

MERINO, D. *Física, segundo grau*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 1986.

Bibliografia Complementar:

LUZ, A. M. R. da; ALVARENGA, B. G. de. *Física: volume único*. São Paulo: Scipione, 2008. 616 p.

GASPAR, A. *Física: ensino médio, volume único*. São Paulo: Ática, 2005. 552 p.

Grupo de Reelaboração do Ensino de Física. *Física 3: eletromagnetismo*. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 1998. 438 p.

Grupo de Reelaboração do Ensino de Física. *Física 2: física térmica, óptica*. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2011. 366 p.

Grupo de Reelaboração do Ensino de Física. *Física 1: mecânica*. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 2012. 332 p.

Disciplina: Química

Ementa: Conceito de química. O Átomo. Ligações químicas. Interação. Funções inorgânicas. Soluções. Termodinâmica. Cinética química. Oxirredução e eletroquímica. Equilíbrio químico. Propriedades coligativas. Introdução a química orgânica. Funções orgânicas. Química ambiental.

Bibliografia Básica:

PERUZZO, F. M.; CANTO, E. L. do. *Química na abordagem do cotidiano*. Volume 1. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

PERUZZO, F. M.; CANTO, E. L. do. *Química na abordagem do cotidiano*. Volume 2. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

PERUZZO, F. M.; CANTO, E. L. do. *Química na abordagem do cotidiano*. Volume 3. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

FONSECA, M. R. M. da. *Química integral*. Volume único. São Paulo: Ed. FTD, 1993.

Bibliografia Complementar:

FELTRE, R. *Química*. Volume 1. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 1994.

FELTRE, R. *Química*. Volume 2. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 1994.

FELTRE, R. *Química*. Volume 3. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 1994.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

UTIMURA, T. Y.; LINGUANOTO, M. *Química Fundamental*. Volume único. São Paulo: FTD, 1998.

SARDELLA, A. *Química*. Volume único. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

Disciplina: Matemática I

Ementa: Razão e proporção. Porcentagem. Regra de Três Simples e composta. Estatística Básica. Juros simples. Juros Compostos.

Bibliografia Básica:

DANTE, L. R. *Matemática: contexto e aplicações*. Volume único. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2010.

PAIVA, M. *Matemática*. São Paulo: Moderna, 2015. Volumes 1, 2 e 3.

SMOLE, K. C. S. *Matemática: Ensino Médio*. São Paulo: Saraiva, 2004, Volumes 1, 2 e 3.

Bibliografia Complementar:

BIANCHINI, E. *Matemática: Ensino Fundamental*. São Paulo: Moderna, 2011. Volumes 6, 7, 8 e 9.

DANTE, L. R. *Matemática: volume único*. São Paulo: Ática, 2005.

GIOVANNI JUNIOR, J. R. *A Conquista da Matemática: Ensino Fundamental*. São Paulo: FTD, 2011. Volumes 6, 7, 8 e 9.

IEZZI, G.; DOLCE, O. *Matemática e Realidade: Ensino Fundamental*. São Paulo: Atual, 2009. Volumes 6, 7, 8 e 9.

SILVA, C. X. da. FILHO, B. B. *Matemática: Ensino Médio*. São Paulo: FTD, 2005.

Volumes 1, 2 e 3.

Disciplina: Matemática II

Ementa: Equações do primeiro grau. Funções do primeiro grau. Equações do segundo grau. Funções do segundo grau. Relações métrica e trigonométricas no triângulo retângulo, Teorema de Pitágoras. Geometria Plana. Cálculo de área. Geometria Espacial. Cálculo de volume. Medidas de Capacidade.

Bibliografia Básica:

DANTE, L. R. *Matemática: contexto e aplicações*. Volume único. 3ª ed. São Paulo: Ática,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

2010.

PAIVA, M. Matemática. São Paulo: Moderna, 2015. Volumes 1, 2 e 3.

SMOLE, K. C. S. Matemática: Ensino Médio. São Paulo: Saraiva, 2004, Volumes 1, 2 e 3.

Bibliografia Complementar:

BIANCHINI, E. Matemática: Ensino Fundamental. São Paulo: Moderna, 2011. Volumes 6, 7, 8 e 9.

DANTE, L. R. Matemática: volume único. São Paulo: Ática, 2005.

GIOVANNI JUNIOR, J. R. A Conquista da Matemática: Ensino Fundamental. São Paulo: FTD, 2011. Volumes 6, 7, 8 e 9.

IEZZI, G.; DOLCE, O. Matemática e Realidade: Ensino Fundamental. São Paulo: Atual, 2009. Volumes 6, 7, 8 e 9.

SILVA, C. X. da. FILHO, B. B. Matemática: Ensino Médio. São Paulo: FTD, 2005. Volumes 1, 2 e 3.

Disciplina: Biologia

Ementa: Ecologia. Citologia. DNA e RNA. Metabolismo energético da célula. Órgãos e sistemas humanos. Noções de Genética e Biotecnologia. Evolução.

Bibliografia Básica:

AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R. *Conceitos de Biologia. Origem da vida. Citologia, histologia e embriologia.* Volume 1. São Paulo: Moderna. 2001.

FAVARETTO, J. A.; MERCADANTE, C. *Biologia.* Volume único. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2003.

LOPES, S.; ROSSO, S. *Biologia.* Volume único. São Paulo: Saraiva, 2005.

LOPES, S.; ROSSO, S. *Bio.* Volume 1. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar:

AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R. *Biologia dos organismos: A diversidade dos seres vivos. Anatomia e fisiologia de plantas e de animais.* Volume 2. 3ª ed. São Paulo: Moderna. 2004.

COSTA, V. R. da; COSTA, E. V. da. *Biologia: ensino médio.* Coleção Explorando o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

Ensino. Volume 6. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação básica. 2006.

GERWANDSZNAJDER, F.; LINHARES, S. *Biologia*. Volume único. 1ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2013.

LOPES, S. Bio Volume 3: *Genética, Evolução e Ecologia*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

SILVA JÚNIOR, C.; SASSON, S.; CALDINI JÚNIOR, N. *Biologia*. Volume único. 5ª ed. São Paulo: Editora Saraiva. 2011.

Disciplina: Processos de Aprendizagem I

Ementa: Construção de práticas cotidianas de leitura e formação de leitores. A importância da leitura: tipos de leitura, finalidades e modalidades, fases da leitura informativa, tipos de análise de texto. Fontes de pesquisa: a internet como fonte de pesquisa, o uso da biblioteca e a distinção de fontes bibliográficas. Elaboração de trabalhos acadêmicos/escolares: técnicas de sublinhar para esquematizar e resumir, fichamentos, elaboração de esquemas, resumo, resenha, seminários.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p. ISBN 9788522458561.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo (SP): Pearson, 2010. 162 p.

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2009. 321 p.

Bibliografia Complementar:

BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. Aprendendo a aprender : introdução à metodologia científica. 25. ed. Petrópolis : Vozes, 2012. 112 p.

PERROTTA, Claudia. Um texto pra chamar de seu: preliminares sobre a produção do texto acadêmico. São Paulo: Martins Fontes, 2004. xxiii, 155 p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 19. ed. São Paulo:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

Cortez, 1993. 252 p.

DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). **Gêneros textuais & ensino**. São Paulo: Parábola, 2010. 246 p. (Série Estratégias de ensino ; 18).

INFANTE, Ulisses. **Do texto ao texto**: curso prático de leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1992. 223 p.

ANASTASIOU, L. P. A.; CAMARGOS, L. *Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula*. Joinville: UNIVILLE, 2003.

DEAQUINO, C. T. E. *Como aprender: andragogia e as habilidades de aprendizagem*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2007. xv, 142 p.

MACEDO, L. de; PETTY, A. L. S.; PASSOS, N. C. *Aprender com jogos e situações-problema*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Disciplina: Processos de Aprendizagem II

Ementa: Os gêneros textuais como atividades socio-discursivas. Iniciação à leitura de fontes literárias. Uso de diferentes linguagens como formas de comunicação: ludicidade, dramatização, representação, técnicas de oralidade. Pesquisa científica: noções introdutórias. Normas técnicas: citações, referências, aspectos fundamentais da formatação de trabalhos acadêmicos.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p. ISBN 9788522458561.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo (SP): Pearson, 2010. 162 p.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 11. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2009. 321 p.

Bibliografia Complementar:

BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. *Aprendendo a aprender : introdução à metodologia científica*. 25. ed. Petrópolis : Vozes, 2012. 112 p.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

PERROTTA, Claudia. Um texto pra chamar de seu: preliminares sobre a produção do texto acadêmico. São Paulo: Martins Fontes, 2004. xxiii, 155 p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 19. ed. São Paulo: Cortez, 1993. 252 p.

DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). Gêneros textuais & ensino. São Paulo: Parábola, 2010. 246 p. (Série Estratégias de ensino ; 18).

INFANTE, Ulisses. Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1992. 223 p.

ANASTASIOU, L. P. A.; CAMARGOS, L. *Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula*. Joinville: UNIVILLE, 2003.

DEAQUINO, C. T. E. *Como aprender: andragogia e as habilidades de aprendizagem*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2007. xv, 142 p.

MACEDO, L. de; PETTY, A. L. S.; PASSOS, N. C. *Aprender com jogos e situações-problema*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Disciplina: Artes

Ementa: História da Arte; Temas da Arte Contemporânea; Prática teatral; História da música; Antropologia da música; Sociologia da Música; Filosofia da Música; Arte e Ecologia; Patrimônio Cultural Material e Imaterial; A influência da arte e da cultura indígena e africana na produção artística brasileira; Cinema; Fotografia; Dança; Repertório e produção artística nas diferentes linguagens da Arte.

Bibliografia Básica:

ARGAN, G. C. *Arte moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAUQUELIN, A. *Arte Contemporânea: uma introdução*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005. 168 p.

SCHAFFER, M. *O ouvido pensante*. 2ªed. São Paulo: Unesp, 2011. SEVERIANO, J. *Uma história da música popular brasileira. Das origens à modernidade*. 3ªed. São Paulo: Ed 34, 2013.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

FERRARI, S. dos S. U. *et al. Arte por toda a parte*. São Paulo: Ftd, 2013. (livro didático disponibilizado aos alunos).

Bibliografia Complementar:

LOPES, N.; CAMPOS, C. L. *História e cultura africana e afro-brasileira*. São Paulo: Balsa Planeta, 2008, 144p. Número de Chamada 397 (96) I864H.

PAHLEN, K. *História Universal da música*. São Paulo: Melhoramentos, [s.d]. 376p.

TIRAPELI, P. *Arte moderna e contemporânea: figuração, abstração e novos meios: século 20 e 21*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. 111p.

TIRAPELI, P. *Arte indígena do: do pré-colonial à contemporaneidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. 59p.

WISNIK, J. M. *O som e o sentido. Uma outra história da música*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

Disciplina: Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal

Ementa: Matéria-prima. Pós-colheita de frutas e hortaliças. Armazenamento, embalagem, rotulagem e estocagem de frutas e hortaliças. Produtos industrializados. Técnicas de processamento. Fermentação e acidificação de vegetais. Polpa de frutas. Geleias, doces, compotas, sucos e néctares. Desidratação.

Bibliografia Básica:

CENCI, S. A. (Ed.) *Processamento mínimo de frutas e hortaliças: tecnologia, qualidade e sistemas de embalagem*. Rio de Janeiro: EMBRAPA Agroindústria de Alimentos, 2011. 144 p.

JAY, J. M. *Microbiologia de alimentos*. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 711 p.

LUENGO, R. de F. A.; CALBO, A. G. (Ed.) *Embalagens para comercialização de hortaliças e frutas no Brasil*. Brasília: EMBRAPA Hortaliças, 2009. 256 p.

ORDÓÑEZ PEREDA, J. A. (Org.) *et al. Tecnologia de alimentos*. Porto Alegre: Artmed, 2005. 279 p.

PATOLOGIA pós-colheita: frutas, olerícolas e ornamentais tropicais. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 855 p.

Bibliografia Complementar:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

CEREDA, M. P. (Coord.). *Processamento de mandioca: polvilho azedo, fécula, farinha e raspa: manual*. Viçosa: CPT, 2003. 184 p.

CORNEJO, F. *et al. Iniciando um pequeno grande negócio agroindustrial: rutas desidratadas*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, SEBRAE, 2003. 115 p. CURSO profissionalizante de processamento de hortaliças: informações técnicas. 1ª ed. Florianópolis: Epagri, 2004. 53 p.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS (SP). *Banana: cultura, matéria-prima, processamento e aspectos econômicos*. 2ª ed. rev. e ampl. Campinas: ITAL, 1985. 302 p.

LIMA, U. de A. (Coord.). *Agroindustrialização de frutas*. Piracicaba: FEALQ, 1998. 151 p.

ROSENTHAL, A. *et al. Iniciando um pequeno grande negócio agroindustrial: polpa e suco de frutas*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, SEBRAE, 2003. 123 p.

Disciplina: Tecnologia de Produtos de Origem Animal: Carnes

Ementa: Noções técnicas de abate humanitário, de manipulação higiênica da carne, desossa, cortes e processamento de carnes.

Bibliografia Básica:

BRASIL Ministério da Agricultura. Instrução Normativa nº 3, de 7 de janeiro de 2000.

Regulamento técnico de métodos de abate humanitário de animais de açougue. S.D.A./ M.M.A. Diário Oficial da União, Brasília, p. 14-6, 24 de janeiro de 2000, Seção I.

Disponível em: <www.agricultura.gov.br/das/dipoa/Anexo%20Abate.htm>.

GRANDIN, T. *Guias recomendadas para el manejo de animais para empacadores de carne*. 2000, 14 p. Disponível em: <<http://www.grandin.com/spanish/spanish.0498.htm>>.

Acesso em 10 ago. 2012.

ROÇA, R. O. *Tecnologia da carne e produtos derivados*. Botucatu: Departamento de Gestão e Tecnologia Agroindustrial, FCA, UNESP, 2000, 201 p.

Bibliografia Complementar:

BIAGINI, G. R. *Qualidade da carne bovina: maciez. Frigorífico: açougueiro moderno*, v. 7, n. 69, abr., p. 50, 2001.

GRANDIN, T. *La conducta animal y su importancia en el manejo del ganado*. 2000 b, 14 p. Disponível em: <<http://www.grandin.com/spanish/spanish2.htm>>. Acesso em: 10 ago.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

2012.

GRANDIN, T. Factor that impede animal movement at slaughter plants. *Journal of American Veterinary Medical Association*, Schaumburg, v. 209, n. 4, p. 757-9, 1996.

GRANDIN, T. *Manejo y procesado del ganado*. 2000 c, 11 p. Disponível em: <<http://www.grandin.com/spanish/ganaderia94.htm>>. Acesso em 10 ago.2012.

KOOHMARAIE, M. *Biochemical factors regulating the toughening and tenderization processes of meat*. *Meat Sci.* 43:S193–S201, 1996.

KOOHMARAIE, M., *et al*, *Meat toughening does not occur when rigor shortening is prevented*. *J. Anim. Sci.*, v. 74, p. 2935-42, 1996.

LUCCAS, J. *A marcha das ovelhas*. *Globo Rural*, ano 18, n. 214, ago, p. 50-5, 2003.

MONTEIRO Jr., L. A. *Avaliação das técnicas de insensibilização de ovinos abatidos na região de Botucatu – SP*. Botucatu: F.M.V.Z. / UNESP, 2000. 164 p. Dissertação (Mestrado – área de Clínica Veterinária) – Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia – Universidade Estadual Paulista.

Disciplina: Tecnologia de Produtos de Origem Animal: Leite e seus Derivados

Ementa: Noções de Tratamento Térmico do Leite, Análises Físico-químicas e tecnologia de fabricação do Leite e seus derivados.

Bibliografia Básica:

BRASIL. *Normativa 51 de 18 de setembro de 2003*. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/fam/dcta/microbial/artleite.pdf>>. Acessado em: jan. de 2007.

O agronegócio do leite no Brasil. Juiz de Fora: Embrapa, 2001. 262p.

Sem autor? Aprenda a fazer queijos. São Paulo (SP): Três, 1986. 80 p.

Bibliografia Complementar:

BRESSAN, M. C. *Processamento e Controle de Qualidade em Carne, Leite, Ovos e Pescado*. In: *Legislação de Alimentos de Origem Animal*. Autores/Organizadores? Lavras. UFLA/FAEPE, 1999.

ARCURI, E. F.; BRITO. J. R. F.; BRITO, M. A. V. P. *Defeitos de sabor e aroma no leite. Leite & Derivados*. São Paulo, ano 12, nº 68. p. 84-89, 2003.

PINHEIRO, A. J. R.; SOUZA, J. G. *Pequenos Problemas, Grandes Consequências. Leite*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

& *Derivados*. São Paulo, ano 13, nº 77, p. 18-34, 2004.

PRATO, O. S. *Trattato di Tecnologia Casearia*. Bologna, Itália. Edogricole, 1998.

BHEMER, M. L. A. *Tecnologia do leite: leite, manteiga, queijo, caseína, sorvetes e instalações; produção, industrialização, análise*. São Paulo, Nobel, 1976.

CORREIA, L. F. M.; SILVA, C. A. B. *O Leite na Alimentação Escolar: Experiências internacionais e Cenários para o Brasil*. *Leite & Derivados*. São Paulo, ano 13, nº 80, p. 35-44, 2004.

FRANCO, B. D. G. M.; LANDGRAF, M. *Microbiologia dos alimentos*. São Paulo: Atheneu, 181 p. 1996.

Disciplina: Legislação da Agroindústria

Ementa: Legislação agroindustrial e saúde pública. Inspeção sanitária: animais e produtos de origem animal. Inspeção sanitária em produtos de origem vegetal. Gestão ambiental (efluentes).

Bibliografia Básica:

GOMES, J. C. *Legislação de alimentos e bebidas*. 2ª ed. rev. e ampl. Viçosa: Ed. UFV, 2009. 635 p.

MADEIRA, M.; FERRÃO, M. E. M. *Alimentos conforme a lei*. Barueri: Manole, 2002. 443 p.

RIEDEL, G. *Controle sanitário dos alimentos*. 3ª ed. São Paulo: Atheneu, 2005. 455p.

WERNER, R. A.; ARAÚJO, V. M. G. de. *Aspectos legais da industrialização artesanal de alimentos*. Florianópolis: ACARESC, 1984. 95 p.

Bibliografia Complementar:

GUSSO, M. L. *Alimentos: doutrina, legislação, súmulas, acórdãos, jurisprudência, prática forense*. Leme: LED, 2001. 590p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE FRUTAS; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA SUPERIOR. *Compêndio da legislação brasileira de frutas e derivados processados*. Brasília: Ministério da Agricultura, 1997. 1 CD-ROM.

BRASIL - Ministério da Agricultura. R.I.I.S.P.O.A. 1980. *Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal* (Aprovado pelo decreto n 30690,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

alterado pelo decreto n.1255, de 25.06.52). Brasília. 66p. Disponível em: <<http://www.sebrae.br/setor/leite-e-derivados/o-setor/legislacao/RIISPOA-Dec.30691-52.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2012.

BRASIL – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). *Legislação*. Sistema de consulta à legislação (SISLEGIS). s/d. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/legislacao>> Acesso em: 26 nov. 2012.

BRASIL – Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA). *Legislação*. Sistema de Pesquisa de Legislação (Saúde Legis). s/d. Disponível em: <http://portal2.saude.gov.br/saudelegis/LEG_NORMA_PESQ_CONSULTA.CFM> Acesso em: 26 nov. 2012.

Disciplina: Tecnologia de Produtos de Origem Animal: Mel e Ovos

Ementa: Importância e produtos da apicultura. Atividade econômica da apicultura. Biologia das abelhas. Origem e distribuição geográfica. Fases de desenvolvimento e ciclo de vida. Produção de néctar. Localização e instalação de apiários. Fatores de produtividade. Estrutura anatômica do ovo. Composição química do ovo. Classificação dos ovos. Derivados de ovos. Classificação de Granjas. Legislação.

Bibliografia Básica:

IOIRICH, N. *As abelhas, farmacêuticas com asas*. 2ª ed. Moscou: MIR, 1986. 248p.
SCHEREN, O. J. *Apicultura racional*. 18ª ed. São Paulo: Nobel, 1984. 108p.
MUXFELDT, H. *Apicultura para todos*. 6ª ed. Porto Alegre: Sulina, 1987. 242p.
LEITÃO, M. F. de F. *Controle de sanificação na indústria de alimentos*. Campinas: ITAL, 1976. 71 p
MADRID VICENTE, A.; CENZANO, I.; VICENTE, J. M. *Manual de indústrias dos alimentos*. São Paulo: Varela, 1996. 599p.

Bibliografia Complementar:

ARAUJO, N. de. *Ganhe muito dinheiro criando abelhas: a técnica do apiário ao alcance de todos*. São Paulo: Nobel, 1977. 210 p.
BREYER, E. U. *Abelhas e saúde*. 6ª ed. ampl. Porto União: Uniporto, 1991. 73p.
MASSON, B. *Vida natural – própolis*. 3ª ed., SI: Global editora e distribuidora LTDA, 1986. 58p.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

TORRES, A. D. P. *Alimentos e nutrição das aves domésticas*. São Paulo: Nobel, 1979. 324 p.

WIESE, H. *Nova apicultura*. Florianópolis: Associação Catarinense de Apicultores, 1974. 533p.

Disciplina: Informática Básica

Ementa: Editor de texto, Editor de apresentação e noções de internet.

Bibliografia Básica:

MANZANO, A. L. N. G.; MANZANO, M. I. N. G. Estudo dirigido de informática básica. 7ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Érica, 2010. 250 p.

KLOCH, H. Informática básica e tecnologias na educação: caderno de estudos. Indaial: ASSEVI, 2007. 256 p.

BIZELLI, M. H. S. S.; BARROSO, S. Informática básica: terceira idade e iniciantes. Araraquara: Unesp-Instituto de Química de Araraquara, 2009. 192p.

Bibliografia Complementar:

ANTÔNIO, J. Noções de informática para concursos: teoria e questões. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2013. 338 p.

MARCONDES, A. Informática para iniciantes. São Paulo: Livro Pronto, 2009. 120 p.

CAIÇARA JUNIOR, C.; PARIS, W. S. Informática, internet e aplicativos. 2ª ed. Curitiba: Ibpex, 2009. 154 p.

REIS, W. J. dos. Libreoffice Writer 4.2: Manipulando textos com liberdade e precisão. São Paulo: Viena, 2014. 240 p.

REIS, W. J. dos. Libreoffice Impress 4.2: Dominando Apresentações. São Paulo: Viena, 2014. 160 p.

SIMÃO, D. H. LibreOffice Calc 4.2: Dominando as Planilhas. São Paulo: Viena, 2014. 208 p.

Disciplina: Introdução à Microbiologia de Alimentos

Ementa: Estrutura da célula procariótica e da célula eucariótica. Microbiota normal. Microrganismos patogênicos. Fermentação e produção de alimentos. Preservação de alimentos. Condições para cultivo de microrganismos. Esterilização e assepsia.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

Bibliografia Básica:

JAY, J. M. Microbiologia de alimentos. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 711p.
SILVA FILHO, G. N.; OLIVEIRA, V. L. de. Microbiologia: manual de aulas práticas. 2ª ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007. 157p.
LACAZ RUIZ, R. Manual prático de microbiologia básica. São Paulo: EDUSP, 2000. 129p.

Bibliografia Complementar:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Laboratório de Tecnologia Educacional. Disponível em: <http://www.ib.unicamp.br/lte/bdc/>. Acesso em 04 fev. 2011.
SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. Instituto Ciência Hoje. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br> Acesso em 04 fev. 2011.
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Pesquisa Fapesp Online. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/> Acesso em 04 fev. 2011.
SCIENTIFIC AMERICAN BRASIL. Revista Scientific American Brasil. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/sciam/> Acesso em 04 fev. 2011.
FRANCO, B. D. G. de M.; LANDGRAF, M. Microbiologia de Alimentos, São Paulo: Ed. Atheneu, 2001, 192 p.
Carvalho, I. T. Microbiologia de Alimentos. Recife: EDUFRPE, 2010. 84 p.

13.3 Integralização Curricular

O Curso deverá ser integralizado em dois anos.

13.4 Sistemas de avaliação de ensino e aprendizagem do aluno

O processo de avaliação é determinante na construção de um movimento curricular permanente que aponte não só intervenções necessárias para que os alunos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

façam elaborações mais complexas dos conhecimentos, mas também, reorienta cotidianamente a prática pedagógica.

Nesta perspectiva, adota-se a avaliação como um conjunto de ações contínuas de investigação e reconstrução, superando seu tradicional caráter arbitrário e permitindo a construção de decisões dialógicas acerca do processo de aprendizagem individual e coletivo, tendo como princípios o estabelecimento de critérios e a publicidade do processo como um todo.

13.4.1 Avaliação da aprendizagem

Tradicionalmente a avaliação dentro das instituições educacionais é concebida como instrumento de classificação e regulação comportamental dos estudantes. Estudos atuais, entretanto, atribuem à avaliação outra dimensão, focada na investigação, no diagnóstico do processo de aprendizagem, visando à identificação de intervenções necessárias para a melhoria desse processo, bem como do projeto pedagógico como um todo.

Desta forma, no PROEJA, o processo de avaliação da aprendizagem constitui uma série de decisões atreladas a um único objetivo: a promoção da aprendizagem dos estudantes. Ao percorrer este objetivo é fundamental que se compreenda que muitos destes alunos já passaram por processos de escolarização que os conduziram ao insucesso escolar, inculcando-lhes a ideia de incapacidade intelectual, de punição ou classificação desta incapacidade. Sendo assim, é preciso redobrar o comprometimento com que o processo de avaliação será delineado no PROEJA, evitando que os estudantes sejam novamente expostos às práticas autoritárias.

Nesta abordagem, portanto, a avaliação passa a ser reguladora da aprendizagem, ou seja, a avaliação nutre a intervenção intencional frente ao percurso de aprendizagem vivido onde cada aluno é parâmetro de si mesmo. Desloca-se, assim, do final das etapas para a condição de reorganizadora do espaço/tempo, consolidando ações que favoreçam a formação permanente individual e também coletiva através do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

distanciamento para uma análise investigativa e propositiva da aprendizagem do aluno e da proposta pedagógica do curso.

Neste caminho, a adoção de objetivos e critérios de avaliação é fundamental. Os critérios são como as regras do jogo, determinam ações, delimitam fazeres, sinalizam os procedimentos para que os estudantes cheguem ao “final da partida” com sucesso. Enfim, conhecendo os objetivos de ensino e os critérios a partir dos quais serão avaliados, os alunos terão a possibilidade de fazer a relação acerca do que era pretendido, do que foi alcançado e do que precisa fazer para alcançar a aprendizagem esperada.

Como consequência do uso de critérios de avaliação, emerge a autoavaliação. Uma não se sobrepõe a outra, são ações específicas de investigadores envolvidos diferentemente no processo de ensino-aprendizagem. Se por um lado o olhar investigativo do professor estabelece relações mais profundas com seus objetivos pedagógicos, por outro lado o aluno tem seu olhar específico sobre o processo, relacionando-se com suas intenções iniciais, dialogando num processo de conhecimento e autoconhecimento ora coletivo, ora individual. Neste sentido, um recurso importante que contribui para o amadurecimento na forma como o estudante conduz sua autoavaliação é a Assembleia, instrumento a partir do qual periodicamente todos os envolvidos participam num diálogo franco e fundamentado acerca das aprendizagens individuais e coletivas. Não só os alunos são avaliados, mas também o trabalho docente e todos os aspectos da sua prática pedagógica, se tornando, portanto, também uma estratégia de avaliação institucional. No PROEJA-FIC Agroindústria, as Assembleias deverão ocorrer semestralmente, com a participação de todos os professores do curso e alunos.

Sob esta perspectiva e tendo como base que a Educação de Jovens e Adultos (EJA), de acordo com a lei 9.394/96, é uma modalidade da Educação Básica nas etapas de Ensino Fundamental e Ensino Médio que usufrui de especificidades próprias, é importante destacar que o Proeja necessita de abordagens condizentes com as necessidades dos estudantes jovens e adultos. Desta forma, no interior da abordagem curricular pretendida pelo Proeja no IFC - *Campus* Camboriú, fundamentam-se



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

processos avaliativos adequados às especificidades da EJA e, portanto, ao público para o qual se destina. Em consequência, compreender estes sujeitos implica pensar que muitos deles já passaram por processos de escolarização e foram vítimas do insucesso escolar por diversas razões, dentre estas, talvez a mais comum seja a relação punitiva que a escola estabelece com os mecanismos de avaliação largamente difundidos pelas estruturas educacionais vigentes.

Nesta perspectiva, não basta elencar novos instrumentos para avaliar alunos jovens e adultos, mas sim, propor a superação das concepções tradicionais e alicerçar o currículo com base no paradigma emancipatório que permita diálogo e negociação entre professores e alunos acerca dos objetivos e critérios pedagógicos.

Assim, a avaliação passa a ser determinante na construção de um movimento curricular permanente que aponte as intervenções necessárias para que os alunos façam elaborações mais complexas dos conhecimentos, bem como reorienta cotidianamente a prática pedagógica. Pautando-se nestes princípios, a avaliação supera seu caráter arbitrário, quantitativo ou meramente descritivo para ocupar o espaço da reflexão e negociação. Diante disso, a importância do registro torna-se essencial para a realização do processo que se pretende consolidar. Gera o distanciamento para uma análise investigativa e propositiva da aprendizagem do aluno e da proposta pedagógica como um todo.

Assim como os alunos jovens e adultos que cotidianamente nos mostram que ensinam e aprendem e aprendem ensinando, a prática da avaliação processual não pode ser totalmente decidida *a priori*, ou seja, é no fazer diário e coletivo que se concretiza o processo de avaliação. Portanto, é fundamental que o planejamento docente se dê dialogicamente, buscando a integração e a dinamização da abordagem das diferentes áreas do conhecimento, a discussão sobre o andamento das aulas, do processo de aprendizagem, a inserção orgânica do curso na esfera institucional. Esta premissa constitui elemento fundamental para concretizar a concepção de avaliação aqui descrita, sendo que cabe à instituição viabilizar que todos professores do curso tenham a oportunidade de realizar o planejamento integrado das aulas em encontros



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

com periodicidade mensal (ou quinzenal, cabendo essa decisão ao colegiado) conforme calendário a ser estabelecido no início do ano letivo.

13.4.2 Sistematização do Processo de Avaliação

Ainda que os aspectos qualitativos do processo de avaliação formativa prevaleçam sobre os aspectos quantitativos, conforme determina BRASIL (1996), a sistematização do registro da avaliação no Proeja se dará por meio de valores numéricos, sendo que a obtenção de média final 5,0 (cinco) em todas as disciplinas, ao final do ano letivo, é condição para a aprovação do estudante.

O ano letivo será subdividido em 2 (dois) semestres letivos e, portanto, a média final/anual será produto de 2 (duas) médias semestrais. Cada média semestral, por sua vez, será formada por, no mínimo, três avaliações, cabendo ao professor a autonomia quanto aos pesos e valores atribuídos aos instrumentos de avaliação por ele adotados, desde que descritos no Plano de Ensino.

Os Planos de Ensino, é importante destacar, deverão ser entregues à Coordenação de Curso em período anterior ao semestre letivo (conforme estabelecido em calendário institucional), para a devida apreciação e aprovação pelo Colegiado. Além disso, cada professor deverá apresentá-lo à turma no início do período letivo, garantindo o princípio do diálogo e da coletividade na sistematização do processo - podendo, inclusive, proceder alterações para uma nova apreciação do colegiado de curso, se assim for acordado com a turma.

Aos alunos será permitido requerer Aproveitamento de Estudos e Reconhecimento de Saberes Extra Escolares, para fins de promoção, com base no Artigo nº 24, parágrafo V, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Decreto Nº 5.840, de 13 de julho de 2006, conforme os excertos a seguir:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:
V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. (BRASIL, 1996)

Art. 6º: O aluno que demonstrar a qualquer tempo aproveitamento no curso de educação profissional técnica de nível médio, no âmbito do PROEJA, fará jus à obtenção do correspondente diploma, com validade nacional, tanto para fins de habilitação na respectiva área profissional, quanto para atestar a conclusão do ensino médio, possibilitando o prosseguimento de estudos em nível superior.

Parágrafo único. Todos os cursos e programas do PROEJA devem prever a possibilidade de conclusão, a qualquer tempo, desde que demonstrado aproveitamento e atingidos os objetivos desse nível de ensino, mediante avaliação e reconhecimento por parte da respectiva instituição de ensino.

Art. 7º As instituições ofertantes de cursos e programas do PROEJA poderão aferir e reconhecer, mediante avaliação individual, conhecimentos e habilidades obtidos em processos formativos extraescolares. (BRASIL, 2006)

13.4.3 Avaliação do curso

A avaliação do curso se dará de duas formas: por meio da avaliação institucional, organizada anualmente por comissão específica responsável pela execução do processo em todos os cursos do Campus, e também por meio das Assembleias, com a participação dos alunos, dos professores e da coordenação de curso.

Especificamente nas Assembleias, os estudantes e os professores terão a oportunidade de expressar e registrar suas percepções e proposições com base no seguinte roteiro:

- **Dinâmica das aulas:** planejamento, metodologia, tempo para realizar as atividades, quantidade e qualidade dos conhecimentos trabalhados, seleção de recursos, etc.
- **Entrosamento e convivência entre os sujeitos (professores e alunos):** respeito, tolerância, senso coletivo, ajuda mútua, compromisso com o grupo, etc.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

- **Desempenho individual e coletivo dos alunos:** aprendizagem, compreensão dos conteúdos, frequência, compromisso, pontualidade, participação, assiduidade, etc.

- **Estrutura institucional:** funcionamento dos diferentes setores (biblioteca, coordenações, auditório, etc), atendimento dos servidores nos diferentes setores da instituição, higiene, qualidade dos recursos audiovisuais, etc.

13.5 Relação Teoria e Prática

O PROEJA assume o compromisso com a superação da dualidade entre teoria e prática, compreendendo-a como um grande desafio histórico, marcado pelas desigualdades sociais brasileiras que difundiu a ideia de que à classe trabalhadora atribuir-se-ia a dimensão do fazer (prática), enquanto às classes elitizadas conferia-se a dimensão do pensar (teoria).

Assim sendo, procura-se metodologicamente abordar os conhecimentos de forma contextualizada, apresentando e discutindo junto aos alunos suas diferentes facetas, com atenção especial à sua historicidade e papel social.

13.6 Interdisciplinaridade / Integração curricular

Nos últimos anos, ampliou-se o debate referente à interdisciplinaridade e integração curricular no intuito de sistematizar propostas curriculares que conduzam os estudantes a estabelecerem inter-relações entre as diversas áreas do conhecimento, acreditando que assim é possível ao aluno aprender com mais qualidade e relacionar o que se aprende na escola com a vida cotidiana.

Acreditando nesta visão, de 2007 a 2012, o PROEJA, no então Colégio Agrícola e posteriormente no IFC – Campus Camboriú, adotou um “modelo” curricular organizado por Temas, na tentativa de promover a integração curricular entre as diferentes áreas do conhecimento. Entretanto, avalia-se que as mudanças institucionais



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

ocorridas, estruturais e de pessoal, acarretaram na inviabilidade de planejamentos coletivos, condição para a implementação de propostas integradas, reconduzindo ao retorno à disciplinaridade na abordagem cotidiana e também na estrutura curricular.

Por acreditar que a marca da disciplinaridade compõe condição corpórea na história da ciência moderna e, portanto, na sistematização da escola deste tempo, mas também considerando esta abordagem insuficiente, propõe-se para o Proeja a convergência entre a estrutura curricular disciplinar e a abordagem metodológica por Eixos Transversais de Referência (detalhado no item 13.7.1), considerando que progressivamente uma nova cultura educacional possa emergir, germinando a construção de uma proposta curricular coletiva e transformadora, que aborde as especificidades das áreas de conhecimento em conjunto com a complexidade do mundo real, promovendo a construção de conhecimentos de forma contextualizada e atrelada ao paradigma emancipatório da educação.

a respeito da organização curricular, considera-se que a EJA abre possibilidades de superação de modelos curriculares tradicionais, disciplinares e rígidos. A desconstrução e construção de modelos curriculares e metodológicos, observando as necessidades de contextualização frente à realidade do educando, promovem a ressignificação de seu cotidiano. Essa concepção permite a abordagem de conteúdos e práticas inter e transdisciplinares, a utilização de metodologias dinâmicas, promovendo a valorização dos saberes adquiridos em espaços de educação não-formal, além do respeito à diversidade. (BRASIL, 2007)

Além do que sinaliza o Documento Base do Proeja, também Japiassu (1976, apud GARCIA, 2002, p.3) apresenta contribuições no que se refere ao desafio da superação de estruturas curriculares tradicionais, indicando a exigência de

“(...) uma reflexão profunda e inovadora sobre o conhecimento, que demonstra a insatisfação com o saber fragmentado. Neste sentido, a interdisciplinaridade propõe um avanço em relação ao ensino tradicional, com base na reflexão crítica sobre a própria estrutura do conhecimento, na intenção de superar o isolacionismo entre as disciplinas e no desejo de revitalizar o próprio papel dos professores na formação dos estudantes para o mundo.”

Trata-se, assim, de uma decisão política frente à abordagem curricular que se pretende implementar, uma tentativa de superação frente à tradicional materialidade estática atribuída às matrizes curriculares, deslocando o currículo para “um lugar” mais dinâmico da esfera educacional, no qual os professores são protagonistas nas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

decisões pedagógicas e conduzem o processo educacional coletivamente, fazendo da ação pedagógica uma ação investigativa e, portanto, formativa e constituidora da própria identidade do grupo.

“[...] o currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confirmam. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade.” (SILVA, 2007, p. 150).

Esta constituição identitária que se propõe por meio do desenvolvimento de um currículo integrado, está diretamente relacionada à consolidação da modalidade de EJA no interior da Educação Profissional, com vistas a sua inserção orgânica neste espaço, de tal forma que o Proeja deixe de ser um programa e constitua-se como uma política pública de educação. Sendo assim, a integração aqui pretendida pressupõe que a indissociabilidade entre a escolarização básica de nível médio e a Educação Profissional, promovendo

[...] uma integração epistemológica, de conteúdos, de metodologias e de práticas educativas. Refere-se a uma integração teoria-prática, entre o saber e o saber-fazer. Em relação ao currículo, pode ser traduzido em termos de integração entre uma formação humana mais geral, uma formação para o ensino médio e para a formação profissional. (BRASIL, 2007)

Nesta direção, propõe-se a desconstrução e reconstrução de modelos curriculares pautados nas trajetórias de “vida” e de “trabalho” dos sujeitos educandos, ou seja, nas suas identidades culturais. Isso significa dizer que essa concepção de currículo permite a abordagem de conteúdos e práticas inter e transdisciplinares, a utilização de metodologias dinâmicas que valorizem os saberes adquiridos em espaços de educação não-formal como também o respeito à diversidade.

Da mesma forma que o proposto em Brasil (2007), entendemos que o currículo não está concebido “*a priori*”. A construção de um currículo integrado, principalmente para a EJA, deve ser contínua, processual e coletiva que envolve todos os sujeitos que participam desse processo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

Assim, a estrutura curricular, enquanto um processo de seleção e de produção de saberes, de visões de mundo, de habilidades, de valores, de símbolos e significados, enfim, de culturas, deve considerar, segundo Brasil (2007, p. 49):

- a) A concepção de homem como ser histórico-social que age sobre a natureza para satisfazer suas necessidades e, nessa ação produz conhecimentos como síntese da transformação da natureza e de si próprio (RAMOS, 2005, p. 114);
- b) A perspectiva integrada ou de totalidade a fim de superar a segmentação e desarticulação dos conteúdos;
- c) A incorporação de saberes sociais e dos fenômenos educativos extraescolares; “os conhecimentos e habilidades adquiridos pelo educando por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames” (BRASIL, 1996, §2º, Art. 38, LDB);
- d) A experiência do aluno na construção do conhecimento; trabalhar os conteúdos estabelecendo conexões com a realidade de educando, tornando-o mais participativo;
- e) O resgate da formação, participação, autonomia, criatividade e práticas pedagógicas emergentes dos docentes;
- f) A implicação subjetiva dos sujeitos da aprendizagem;
- g) A interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a interculturalidade;
- h) A construção dinâmica e com participação;
- i) A prática de pesquisa (adaptado de MACHADO, 2005).

Concretizar uma estrutura curricular que se oriente pelas concepções aqui expostas, não há dúvidas, configura um grande desafio. Desta forma, é imprescindível que se estabeleçam elementos concretos que possam gerar a materialidade necessária para que se desencadeie o processo. A seção a seguir especifica elementos metodológicos que deverão sustentar o desenvolvimento desta proposta.

13.7 Metodologias de Ensino

13.7.1 Eixos Transversais de Referência

Os Eixos Transversais de Referência constituem uma estrutura metodológica que deverá sustentar a abordagem das diferentes áreas do conhecimento, buscando viabilizar intervenções mais integradas e contextualizadas, promovendo um movimento contínuo entre os saberes específicos das áreas e a discussão de realidades mais



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

abrangentes e complexas, tendo o ‘trabalho’ como elemento articulador de toda a proposta.

O ‘trabalho’, presente como princípio pedagógico na concepção pedagógica do Proeja (BRASIL, 2007) e elemento estruturante das especificidades da vida adulta, constitui elemento central na forma como se organizam os Eixos Transversais de Referência. Trata-se de uma abordagem do ‘trabalho’ no seu sentido ontológico, como forma de superação da dimensão econômica e do reducionismo ao emprego; refere-se, portanto, ao ‘trabalho’ como forma de produção histórica, criação e realização humana. Ação pela qual o ser humano transforma o mundo ao mesmo tempo em que transforma a si mesmo. O processo e não o produto, ‘trabalho’ como ação formativa, concebido de forma indissociável ao sentido mais amplo da educação. (MACHADO, 2014 apud QUISSINI, 2016)

Compreender o ‘trabalho’ nessa perspectiva é compreender a história da humanidade, as suas lutas e conquistas mediadas pelo conhecimento humano. O trabalho é visto, portanto, como a mediação entre ciência, produção e vida humana. Desta forma, todo conhecimento, de uma forma ou de outra, está relacionado à dimensão do trabalho. Sendo assim, tendo esta concepção de ‘trabalho’ no centro da estrutura metodológica, os Eixos deverão desencadear a abordagem dos conteúdos das diferentes disciplinas, de forma que estes conhecimentos específicos relacionem-se às problematizações que os desencadearam, promovendo um movimento dinâmico e contínuo no qual as disciplinas estarão inter-relacionadas para a compreensão das problematizações propostas pelos Eixos.

1º Eixo: Relações Sociais e Trabalho

Este primeiro Eixo, pela extensividade das discussões que viabiliza, deverá ser desenvolvido ao longo do primeiro ano de curso e poderá ser desencadeado com base nos seguintes questionamentos: Quem sou eu/quem somos nós (seres biológicos/históricos/sociais)? Que lugar ocupo/ocupamos na sociedade? Qual o meu/nosso papel histórico-social? Que tipo de relação social construo/construímos?



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

Que lugar o trabalho ocupa na minha/nossa vida? Como as transformações do mundo do trabalho impactam na nossa vida?

Mais do que encontrar respostas a estas questões, sugere-se que os estudantes percebam-se como seres físicos, biológicos, histórico-sociais, utilizando-se das diferentes linguagens e suas manifestações específicas. Buscam-se reflexões filosóficas em todos os campos de conhecimento. Ao se perceberem como seres individuais inseridos num contexto social, podem concluir que através do trabalho produzem não apenas os produtos necessários à vida humana, mas também, conceitos, símbolos, ideias e toda a cultura não material que também é necessária para a reprodução da sociedade humana.

2º Eixo: Ciência, Tecnologia, Natureza e Trabalho

Este Eixo destina-se ao trabalho a ser desenvolvido no primeiro semestre do 2º ano do curso e permite investigar as seguintes questões: Como o trabalho se modificou ao longo da formação humana com as novas tecnologias? O avanço da ciência transformou valores sociais, proporcionou melhoria das condições de vida e ampliação do tempo de lazer? Trabalha-se menos com mais máquinas para nos auxiliar? Pode-se conciliar desenvolvimento tecnológico com desenvolvimento sustentável?

Novamente, enfatiza-se que as questões servem como encaminhamento de discussões e propostas de trabalho para apropriação dos conhecimentos nas diversas áreas.

3º Eixo: Política, Direitos Humanos, Cidadania e Trabalho

Este Eixo Transversal de Referência deverá compor as discussões realizadas ao longo do último semestre do curso e sugere as seguintes questões: As vantagens próprias da vida moderna, adquiridas através do trabalho, levam-nos a comprometer a própria existência e a de outros seres? A ação do ser humano sobre a natureza, modificando-a, deveria servir para a melhoria da vida na Terra? Qual a nossa



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

responsabilidade nessas transformações dos espaços? Que motivos históricos desencadearam a necessidade de formalizar legalmente os direitos humanos? Estes direitos são respeitados na comunidade onde vivemos? Como os direitos se refletem em nosso ambiente de trabalho? É possível questionar as diferenças de gênero, orientação sexual e os preconceitos impostos pela sociedade, inclusive na questão da empregabilidade.

Como já especificado, as reflexões feitas, a partir dos questionamentos de cada eixo temático, poderão encaminhar discussões e apropriação de conhecimentos das diversas áreas. Sendo assim, cada professor, a partir de sua disciplina, junto com seus alunos, fornecerá dados e fatos para interpretação visando à discussão dos dilemas propostos.

O conteúdo específico das áreas de conhecimento de cada semestre será apresentado conforme a temática do Eixo, procurando estabelecer relações com as realidades cotidianas dos jovens e adultos e diálogo com os conhecimentos que os estudantes já possuem. O maior objetivo de trabalhar com Eixos é romper com a reprodução da abordagem fragmentada dos conteúdos, na busca de uma visão mais abrangente e do estabelecimento de relações entre as áreas. Por isso, é necessário que os professores das disciplinas se proponham a planejar atividades integradas/interdisciplinares que sejam construídas do ponto de vista da seleção de conteúdos estruturantes dentro dos Eixos.

Esta organização metodológica, contudo, não tem a pretensão de apresentar respostas pré-elaboradas para as discussões desencadeadas em cada Eixo, nem deve ser vista como um caminho fechado a ser reproduzido igualmente nas diferentes turmas do Proeja. Trata-se justamente da ampliação das possibilidades do trabalho pedagógico, de uma abordagem contextual frente a toda diversidade e experiência que compõem as classes de EJA, de inovar no espaço educacional por meio da construção de conhecimentos inter-relacionados e permeados de sentidos para todos os sujeitos envolvidos no processo educacional. Sendo assim, é fundamental que o corpo docente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

desenvolva e compartilhe entre si suas escolhas metodológicas, planejando-as coletivamente a partir das necessidades do grupo e também de cada aluno.

13.7.2 Estratégias Metodológicas

Em conformidade com a dinamicidade proposta pelos Eixos Transversais Estruturantes, as estratégias metodológicas adotadas no Proeja devem ter como pressuposto o respeito às especificidades dos estudantes e seus tempos de aprendizagem, o diálogo com os conhecimentos que os estudantes trazem consigo, construídos por meio de inserções educacionais anteriores ou mesmo por meio de experiências não - formais, ao longo da sua história de vida.

Diante disso, é imprescindível que os professores selecionem metodologias que oportunizem aos alunos ampliar a compreensão sobre das ciências que os cercam, num movimento de contextualização e diálogo entre os conhecimentos específicos e a complexidade de realidades mais abrangentes. Metodologias que desenvolvam posturas reflexivas e investigativas, que conduzam a uma melhor compreensão do mundo em que vivem, não só ampliando e qualificando sua participação em sociedade, bem como orientando-se à construção de novas formas de sociabilidade e emancipação social.

A seleção metodológica deve, portanto, colaborar para a construção da autonomia intelectual dos estudantes, instrumentalizando-os a comparar, discutir, rever, perguntar, ampliar e formular ideias, obter e organizar dados por meio de buscas, pesquisas e leituras nas mais diferentes fontes (dicionários, mapas, computadores, internet, gráficos, tabelas, artigos, livros etc.), estudar e desenvolver trabalhos acadêmicos individualmente e coletivamente, posicionar-se diante do conhecimento apreendido, problematizar, comparar, observar, interpretar, argumentar, supor, criticar, imaginar, levantar hipóteses, planejar, decidir, aplicar conceitos, fatos e princípios a novas situações.

O quadro a seguir sistematiza algumas estratégias metodológicas que podem ser adotadas pelo corpo docente, entretanto, é importante que a prática pedagógica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

não se resume a elas, podendo, portanto, criar ou selecionar outras, além de fazer as adaptações que achar necessário para a aprendizagem dos estudantes.

Quadro 03 – Estratégias Metodológicas

Estratégias Metodológicas	Definição	Avaliação
Estudo de texto	É uma estratégia na qual o aluno explora a ideia do autor a partir do estudo crítico de determinado texto.	Dar-se-á através das produções escritas e comentários do aluno, observando-se as habilidades de compreensão, análise, síntese, julgamento, inferência e interpretação dos conteúdos fundamentais e as conclusões a que chegou.
Seminário	Técnica de discussão utilizada no ensino, mediante a qual um grupo de estudantes, sob a orientação de um instrutor, investiga problemas e relata os resultados para discussão e crítica.	Os grupos são avaliados e exercem também a função de avaliadores. São analisados critérios referentes à atividade reflexiva, à pesquisa, à criatividade, ao desenvolvimento das competências comunicativas, de relação interpessoal, ética, estética, afetiva e social.
Mapa conceitual	Trata-se de um diagrama que indica a relação de conceitos em uma perspectiva bidimensional, procurando mostrar as relações hierárquicas entre os conceitos e que derivam da própria estrutura conceitual do conteúdo.	O mapa conceitual poderá ser corrigido mediante critérios, desde que anteriormente explicitados para o grupo. Exemplo de critérios: conceitos claros, relações justificadas, riqueza de ideias, criatividade na organização, lógica na organização, representatividade do conteúdo trabalhado.
Estudo de caso	É a análise minuciosa e objetiva de uma situação real a ser investigada. O caso permite ampla análise e intercâmbio de ideias, reflexão crítica e estabelecimento de relações teóricas, discernimento de conceitos, princípios éticos e práticas relevantes, além da	É necessário estabelecer previamente um sistema de critérios abrangendo as dimensões: conceitual (concepções, objetivos e metas), humana (processo de motivação, liderança e valores éticos) e técnica (aplicação, métodos e equipamentos).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

	participação de todos para efetuar operações mentais requisitadas.	
Resolução de problemas	É uma estratégia que poderá se realizar individualmente ou em grupos, podendo caracterizar-se como uma atividade de iniciação científica. Requer dos acadêmicos e do professor o desenvolvimento de atitudes científicas para o seu êxito.	A avaliação se dará pela observação das habilidades dos alunos na apresentação das ideias quanto a sua concisão, logicidade, aplicabilidade e pertinência, bem como de seu desempenho na descoberta de soluções apropriadas ao problema apresentado.
Explosão de ideias (brainstorming)	Consiste na apresentação de ideias ou alternativas de solução de problemas, propiciando a imaginação criadora, sem a restrição dos esquemas lógicos de pensamento. Somente após a colocação de todas as ideias, procede-se à sua análise crítica.	A avaliação da técnica se dará a partir de observação e análise de: participação dos acadêmicos; propriedade e pertinência das afirmações feitas; críticas e conclusões apontadas, após a explosão de ideias.
Júri simulado	Técnica em que, a partir do estudo de um determinado assunto, tema ou biografia, simula-se um Júri, em que são apresentados argumentos de defesa e de acusação relativos ao tema.	A avaliação deverá considerar a apresentação concisa, clara e lógica das ideias, a profundidade dos conhecimentos e a argumentação fundamentada.
Fórum	Consiste numa reunião na qual todos os membros do grupo têm oportunidade de participar do debate de um tema ou problema determinado.	O desempenho dos alunos é avaliado mediante os seguintes critérios: participação dos alunos; habilidade de atenção e concentração; síntese das ideias apresentadas; apresentação de argumentos consistentes.
Aula expositiva dialógica	É caracterizada pela preleção verbal do professor aos seus alunos, com o objetivo de transmitir conhecimentos, apresentar novos assuntos ou esclarecer princípios e conceitos. Na aula expositiva dialógica, o ponto de partida do	A avaliação da aprendizagem pode se basear nos seguintes critérios: participação dos alunos; compreensão e análise dos conceitos apresentados; apresentação de soluções de problemas; logicidade na exposição de ideias e pontos de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

	professor é o conhecimento prévio dos alunos. Os conhecimentos que o professor apresenta são questionados e interpretados pelos alunos, a partir do reconhecimento e do confronto com sua própria realidade.	vista.
Oficina (laboratório ou workshop)	É uma reunião de um pequeno número de pessoas (em torno de 15) com interesses comuns, a fim de estudar e trabalhar para o conhecimento ou aprofundamento de um tema, sob orientação de um especialista.	A avaliação da aprendizagem terá como critérios a participação do aluno nas atividades e a demonstração das habilidades visadas, pois, dependendo da natureza do tema proposto para a oficina, essas habilidades variam consideravelmente.
Estudo do meio	Esta estratégia consiste no estudo direto do contexto natural e social no qual o aluno se insere.	A avaliação do estudo do meio baseia-se na observação da participação dos alunos ao longo de sua realização e na produção apresentada, considerando as habilidades desenvolvidas pelos integrantes do grupo durante a execução do trabalho.
Estudo dirigido	Estudo dirigido significa o ato de estudar sob a orientação de um professor. Pressupõe, portanto, a diretividade do professor durante a atividade do aluno.	A avaliação será, sempre que possível, realizada com a colaboração do aluno, mediante os resultados obtidos. O professor observará a necessidade de reformular e/ou aprofundar o estudo em questão.

Fonte: UNIVALI (2002, p. 55-82)

13.7.3 Professor Mediador

Com vistas a estabelecer um elo de ligação entre as diferentes áreas do conhecimento e identificar as principais especificidades de aprendizagem dos estudantes, o Proeja do IFC – Campus Camboriú incorporou na sua metodologia de trabalho a figura do Professor Mediador (UNIVALI, 2003).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

Trata-se de um profissional especializado em Educação de Jovens e Adultos, responsável por atuar em conjunto com os demais professores das disciplinas, com vistas a condução de um trabalho integrado no que se refere ao desenvolvimento dos Eixos Transversais de Referência. Concretamente, o Professor Mediador acompanha 4 (quatro) aulas por semana, podendo transitar por variadas disciplinas dentro desta carga horária, no intuito de contribuir para que a abordagem das disciplinas remetam-se a um desenvolvimento lógico do Eixo. É importante destacar que o planejamento coletivo garantirá ao Professor Mediador condições para atuar em conjunto com os professores das disciplinas, instrumentalizando-o a promover intervenções em sala de aula que destaquem os pontos de aproximação entre as disciplinas e o Eixo em desenvolvimento.

Além disso, é necessário que o Professor Mediador tenha conhecimento sobre metodologias e aprendizagem, podendo assim identificar e informar sobre as principais dificuldades encontradas pelos estudantes, ritmos de aprendizagem distintos, compartilhar experiências exitosas e contribuir, durante o planejamento coletivo, para que as seleções metodológicas dos professores contemplem as principais necessidades dos estudantes e das turmas.

Outrossim, é válido destacar que o Professor Mediador, pelo próprio tempo que passa com sua turma de mediação, acaba por constituir laços afetivos que impactam na constituição de vínculos entre o estudante e a instituição que, por consequência, poderá minimizar a evasão. Sobre esta última questão, há que se considerar que os estudantes do Proeja apresentam histórias de descontinuidades e insucessos dentro do sistema educacional e, desta forma, constituem um público delicado no que se refere à evasão escolar. Sendo assim, é fundamental que o Professor Mediador (e claro, todo o corpo docente) dedique-se a compreender os percursos educacionais vivenciados pelos estudantes antes do ingresso no Proeja, que tenha uma escuta apurada em relação aos motivos que causaram interrupções precoces, para então garantir que estas situações semelhantes não se repitam ou que sejam conduzidas diferenciadamente, de forma a garantir a permanência e o sucesso educacional de todos os estudantes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

Vale ressaltar que o Professor Mediador também é o Professor responsável pela disciplina “Processos de Aprendizagem” na qual, especificamente, desenvolve junto aos alunos hábitos e técnicas de estudos, estabelece práticas de leitura, aborda conhecimentos sobre buscas e sistematizações bibliográficas, instrumentaliza os estudantes para a produção de trabalhos dentro de formatos acadêmicos, bem como intervém especificamente em relação às principais dificuldades dos estudantes no que se refere às operações de pensamento sistematizadas por Anastasiou (2003): comparação, resumo, observação, classificação, interpretação, crítica, busca de suposições, imaginação, obtenção e organização dos dados, levantamento de hipóteses, aplicação de fatos e princípios a novas situações, decisão, planejamento de projetos e pesquisas.

Quadro 04 – Operações de Pensamento

OPERAÇÃO DE PENSAMENTO	CONCEITO/ RELAÇÕES
Comparação	Examinar dois ou mais objetos ou processos com intenção de identificar relações mutuas, pontos de acordo e desacordo. Supera a simples recordação, enquanto ação de maior envolvimento do aluno.
Resumo	Apresentar de forma condensada da substância do que foi apreciado. Pode ser combinado com a comparação.
Observação	Prestar atenção em algo, anotando cuidadosamente. Examinar minuciosamente, olhar com atenção, estudar. Sob a ideia de observar existe o procurar, identificar, notar e perceber. É uma forma de descobrir informação. Compartilhada, amplia o processo discriminativo. Exigem objetivos definidos, podendo ser anotadas, esquematizadas, resumidas e comparadas.
Classificação	Colocar em grupos, conforme princípios dando ordem a existência. Exige análise e síntese, por conclusões próprias.
Interpretação	Processo de atribuir ou negar sentido à experiência, exigindo argumentação para defender o ponto proposto. Exige respeito aos dados e atribuição de importância, causalidade, validade e representatividade. Pode levar a uma descrição inicial para depois haver uma interpretação do significado percebido.
Crítica	Efetivar julgamento, análise e avaliação, realizando o exame crítico das qualidades, defeitos, limitações. Segue referência a um padrão ou critério.
Busca de Suposições	Supor é aceitar algo sem discussão, podendo ser verdadeiro ou falso. Temos que supor sem confirmação nos fatos. Após exame cuidadoso, pode-se verificar quais as suposições decisivas, o que exige discriminação.
Imaginação	Imaginar é ter alguma idéia sobre algo que não está presente, percebendo mentalmente o que não foi totalmente percebido. É uma forma de criatividade,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

	liberta dos fatos e da realidade. Vai além da realidade, dos fatos e da experiência. Socializar o imaginado introduz flexibilidade às formas de pensamento.
Obtenção e organização dos dados	Obter e organizar dados são a base de um trabalho independente; exigem objetivos claros, análise de pistas, plano de ação, definição de tarefas-chaves, definição e seleção de respostas e de tratamento das mesmas, organização e apresentação do material coletado. Requer identificação, comparação, análise, síntese, resumo, observação, classificação, interpretação, crítica, suposições, imaginação, entre outros.
Levantamento de Hipóteses	Propor algo apresentado como possível solução para um problema. Forma de fazer algo, esforço para explicar como algo atua, sendo guia para tentar solução de um problema. Proposição provisória ou palpite com verificação intelectual e inicial da ideia. As hipóteses constituem interessante desafio ao pensar do aluno.
Aplicação de fatos e princípios a novas situações	Solucionar problemas e desafios, aplicando aprendizados anteriores, usando a capacidade de transferências, aplicações e generalizações ao problema novo.
Decisão	Agir a partir de valores aceitos e adotados na escolha, possibilitando a análise e consciência dos mesmos. A escolha é facilitada quando há comparação, observação, imaginação e ajuizamento, por exemplo.
Planejamento de projetos e pesquisas	Projetar é lançar ideias, intenções, utilizando-se de esquema preliminar, plano, grupo, definição de tarefas, etapas, divisão e integração de trabalho, questão ou problema, identificação das questões norteadoras, definição de abrangência, de fontes, definição de instrumentos de coleta dos dados, validação de dados e respostas, etapas e cronograma. Requer assim, identificação, comparação, resumo, observação, interpretação, busca de suposições, aplicação de princípios, decisão, imaginação e crítica.

Fonte: ANASTASIOU (2003, p. 55-82)

13.8 Acessibilidade de pessoas com necessidades específicas

O IFC - *Campus* Camboriú, a exemplo de muitas instituições de ensino no país, não dispunha de infraestrutura adequada à acessibilidade de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (PNEs). Não havia, na época de sua construção, uma política de atendimento a esta clientela. Pode-se afirmar que as barreiras existentes eram tanto físicas quanto de atitudes, visto que não se considerava que este grupo pudesse fazer parte destas instituições, pelos mais diversos motivos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

Neste sentido, para que se viabilizasse o acesso e permanência de PNEs na instituição, fez-se necessário uma série de medidas baseadas na Lei nº 10.098/00 e do decreto nº 5.296/2004, que estabeleceram normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Outra norteadora das mudanças foi a Lei nº 10172/01, referente ao Plano Nacional de Educação, que estabelece objetivos e metas para a educação de PNEs, e, entre outros, faz referência aos padrões mínimos de infraestrutura das escolas para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, como também faz articulação das ações de educação especial com a política de educação para o trabalho.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, constantes na Resolução CNE/CEB nº 02/2001, manifestam o compromisso do país com o desafio de construir coletivamente as condições para atender bem à diversidade de seus alunos. Considera-se que tais diretrizes tenham significado um avanço na perspectiva da universalização do ensino e um marco no que se refere à atenção à diversidade, na educação brasileira.

Em um país de tantas e tão grandes desigualdades sociais, a inclusão no campo da educação profissional do aluno com deficiência supõe a priorização de vagas nos Centros de Educação Profissional das redes públicas. Estas instituições terão, certamente, um papel estratégico fundamental, como centros de referência em cada estado, no campo de uma educação profissional onde caibam todos (Carneiro, apud BRASIL, 2003, p. 07).

Pode-se afirmar que, mediante tais manifestações legais e o impacto destas na sociedade, iniciou-se um processo de conscientização de que não seria mais o aluno que deveria adaptar-se à escola, mas a escola que, consciente de sua função, colocar-se-ia à disposição do aluno, possibilitando a efetivação do processo de inclusão escolar, garantindo o seu acesso e permanência.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

A Constituição Federal é bem clara ao garantir a todos o direito à educação e ao acesso (e à permanência) na escola, fazendo com que toda instituição de ensino prime pelo princípio da inclusão. Neste sentido o IFC – *Campus Camboriú* tem procurado atender de maneira efetiva às indicações da legislação brasileira em seus projetos recentes e procurando adaptar sua parte mais antiga da escola às normas vigentes, apresentando-se como uma amostra clara das barreiras (edificação, mobiliário, comunicação, urbanística, etc.) que estas instituições ainda apresentam, dificultando sobremaneira a acessibilidade e inclusão das PNEs.

A Instituição tem mobilizado seus setores no sentido de encontrar soluções e implementar projetos de caráter inclusivo. A criação do NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, por exemplo, já é uma realidade.

A seguir citam-se alguns projetos/metast institucionais que se acredita que venham melhorar o acesso e permanência das PNEs:

- eliminação das barreiras físicas através de um melhor controle dos projetos arquitetônicos (novas construções) e reforma/adaptação da parte antiga;
- sugere-se a realização de uma avaliação das condições gerais da estrutura física do *Campus* e encaminhamento de relatório à Direção Geral, para que sejam tomadas as medidas necessárias para atender às exigências da ABNT 9050;
- quebra de barreiras atitudinais através da oportunizarão da comunidade interna na participação em cursos, seminários, palestras, projetos, etc., que tenham por objetivo fortalecer o espírito inclusivo;
- criação de uma Sala Multifuncional para atendimento dos PNEs (Portadores de Necessidades Específicas), equipada com recursos didático-pedagógicos e condições de criação de material específico, de acordo com as necessidades educacionais dos alunos matriculados, orientado pela demanda dos professores;
- implementação de política de acesso através de divulgação dos cursos em espaços específicos de frequência de PNEs, como as associações e escolas da região, além da adaptação do Processo Seletivo aos possíveis candidatos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

- regulamentação das funções do NAPNE na Instituição e, em caráter emergencial, a complementação deste com a agregação de outros servidores, pais, alunos, etc., atendendo às indicações do projeto TECNEP do SETEC/MEC, que orienta a criação de Núcleos com uma média de cinco membros;
- levantamento e acompanhamento periódico de PNEs através do NAPNE, inclusive no que se refere a possíveis sugestões de adaptações do currículo e avaliação;
- valorização da cultura e singularidade Surda, buscando propiciar o serviço de intérprete/tradutor de LIBRAS, bem como a adoção de estratégias didático-metodológicas que considere o conteúdo semântico da escrita do surdo. Neste sentido também procurar oferecer cursos, palestras e oficinas acerca da LIBRAS e aspectos da cultura Surda para a comunidade escolar;
- sinalização da instituição com a colocação de placas indicativas, inclusive com escrita em Braille onde for possível;
- indicação de espaços específicos de estacionamento para PNEs;
- solicitação e instalação de TDD, telefone com teclado para surdos.

A meta da instituição, ao longo dos próximos anos, com os incentivos provenientes do Governo Federal para o estabelecimento efetivo das novas diretrizes para a Educação Profissional no Brasil, será a de fazer com que o IFC – *Campus* Camboriú se apresente como um modelo de acessibilidade e inclusão de PNEs.

14. QUADRO DE PESSOAL

14.1 Corpo Docente

Nome	Disciplina	Regime de Trabalho			Formação Acadêmica	Maior Titulação Concluída
		20h	40h	DE		
Ágata Regiane Quissini	Processos de Aprendizagem			X	Licenciatura em Pedagogia, Especialista em Educação de Jovens e Adultos	Mestrado em Educação
Andréia Regina	Artes	-----	-----	X	Educação Artística habilitação	Mestrado em Educação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
 CAMPUS CAMBORIÚ

Bazzo					em Artes Cênicas	
Aldalúcia Tereza da Rosa	Processos de Aprendizagem	-----	-----	X	Licenciatura em Pedagogia	Especialização em PROEJA
Danilo José Ferreira	Tecnologia de Produtos de Origem Animal: Mel e Ovos	-----	-----	X	Medicina veterinária	Doutorado em Educação
Cristalina Yoshie Yoshimura	Biologia	-----	-----	X	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas	Doutorado em Ciências (Botânica)
Daniel Shikanai Kerr	Física	-----	-----	X	Licenciatura em Física	Doutorado em ciências: Bioquímica.
Débora de Fátima Einhardt Jara	Artes	-----	-----	X	Bacharelado e Licenciatura em Música	Doutorado em Educação Ambiental
Elisete da Silva	Informática Básica	-----	-----	X	Bacharelado em Design de Modas	Especialização em Metodologia de Ensino das Artes
Eliziane Carla Scariot	Introdução à Microbiologia de Alimentos	-----	X	----	Licenciatura? Em Ciências Biológicas	Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais
Everson Deon	Filosofia	-----	-----	X	Licenciatura em Filosofia	Mestrado em Filosofia
Fábio Castanheira	Língua Portuguesa	-----	-----	X	Licenciatura em Letras Português e Espanhol	Especialização em Línguas Estrangeiras modernas
Flávia Walter	Língua Estrangeira: Espanhol	-----	-----	X	Licenciatura em Língua e Literatura Espanhola e Licenciatura em Letras Português/Inglês	Mestrado em Ciências da Linguagem
Ivan Carlos Serpa	História	-----	-----	X	Licenciatura em História	Mestrado em História
Leo Serpa	Tecnologia de Produtos de Origem Animal: Leite e seus Derivados	-----	-----	X	Licenciatura em Ciências Agrícolas	Doutorado em Engenharia de Alimentos
Luciana Colussi	Língua Estrangeira: Inglês	-----	-----	X	Licenciatura em Letras Português/Inglês	Mestrado em Estudos Linguísticos
Luiz Álvaro Monteiro Júnior	Tecnologia de Produtos de	-----	-----	X	Bacharelado em Medicina Veterinária	Pós-Doutorado em Tecnologia de Carnes



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

	Origem Animal: Carnes					
Lúis Ivan Martinhão Souto	Legislação da Agroindústria	-----	-----	X	Bacharelado em Medicina Veterinária	Doutorado em Epidemiologia Experimental
Maria Olandina Machado	Geografia	-----	-----	X	Licenciatura em Geografia	Doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas
Maurício Gustavo Rodrigues	Química	-----	-----	X	Licenciatura em Química	Mestrado em Química Aplicada
Michele Arend	Sociologia	-----	-----	X	Licenciatura em Sociologia	Doutorado em Sociologia
Nadja Regina Sousa Magalhães	Processos de Aprendizagem /Madiação	-----	X	-----	Licenciatura em Pedagogia e Especialista em Gestão Supervisão escolar	Mestrado em Educação
Rosana Ceolin Meneghetti	Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal	-----	-----	X	Graduação em Agronomia	Doutorado em Agronomia
Rosane Carneiro	Matemática	-----	-----	X	Licenciatura em Matemática	Mestrado em Matemática

14.2 Técnicos Administrativos (CGAE, CET, SECRETARIA, BIBLIOTECA)

Nome	Cargo	Regime de Trabalho			Formação Acadêmica	Maior Titulação Concluída
		20h	40h	DE		
Fernanda Borges Vaz Ribeiro	Responsável pela Biblioteca	-----	X	-----	Graduação em Biblioteconomia	Mestrado em Gestão Universitária.
Sandra Rosabel Pereira	Coordenadora Geral de Assistência ao Educando	-----	X	-----	Graduação em Enfermagem	Especialização em Enfermagem Obstétrica.
Sany Regina Sarda Justi	Coordenadora de Registros Escolares	-----	X	-----	Graduação em Pedagogia	Especialização em Proeja
Terezinha Pezzini Soares	Responsável Técnica da coordenação do Ensino Técnico	-----	X	-----	Graduação em Letras	Mestrado em Literatura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTASIOU, Léa das Graças C. Ensinar, aprender, apreender e processos de ensinagem. In: ANASTASIOU, Léa das Graças C. e ALVES, Leonir Pessate. Processos de ensinagem na universidade. Joinville, SC: Editora Univille, 2003.

BRASIL. Congresso Nacional. *Decreto nº 5.296/2004*. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. Congresso Nacional. *Decreto nº 5.840. 13 de julho 2006*. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências.

_____. Congresso Nacional. *Lei Federal nº 10.098/2000*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. Congresso Nacional. *Lei Federal nº 9.394*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Congresso Nacional. *Lei Federal nº 11.161/2005*. *Dispõe Sobre o Ensino da Língua Espanhola*.

_____. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CEB nº. 16/99, nº 11/2000, nº 11/2001, nº 11/2004 e Resolução CNE/CEB nº. 1/2000*. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, maio 2000.

_____. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CEB 6/2012*. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de setembro de 2012, Seção 1, p. 22.

_____. Ministério da Educação. Documento Base Proeja: Ensino Médio. Brasília: MEC, 2007.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
CAMPUS CAMBORIÚ

_____. Congresso Nacional. *Decreto nº 5.154. 23 de julho 2004*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

_____. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - Edição 2014 / Versão para a reunião do CONPEP (abr/2014)

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 01/2005. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 04/99. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Projeto Político Pedagógico Institucional – PPI. Blumenau: IFC, 2009.

_____. Conselho Superior do IFC. Resolução nº 028/2012/CONSUPER. Dispõe sobre a criação, trâmite e critérios de análise e aprovação dos Projetos de Criação de Cursos (PCC) e Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), nos níveis e médio e superior, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. Blumenau: IFC, 2012.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Blumenau: IFC, 2014.

QUISSINI, Ágata Regiane. As políticas de EJA na América Latina em diálogo com a educação popular e oposição ao referencial neoliberal: leituras entre Brasil e Argentina. Joinville: UNIVILLE, 2016. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2016.

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. *In*: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

UNIVALI. Processo de Reconhecimento. Curso de Educação de Jovens e Adultos de Ensino Fundamental e Médio.

_____. Pró-reitoria de Ensino. Formação continuada para docentes do Ensino Superior: apontamentos para novas alternativas pedagógicas. Itajaí: UNIVALI, 2002. 135 p.